



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2024/2026

Aprovado em Conselho de Administração em 24 de novembro 2023

Metro-Mondego, S.A.
Novembro 2023

ÍNDICE

1.	Introdução	5
1.1.	Caraterização da Empresa.....	5
1.2.	Missão, Visão e Objetivos	6
1.3.	Estrutura Orgânica da Empresa.....	8
2.	Estratégia de Médio Prazo (três anos).....	10
2.1.	Estratégia.....	10
2.2.	Objetivos.....	12
3.	Plano de Atividades e Indicadores de Desempenho	16
3.1.	Enquadramento Macroeconómico.....	16
3.2.	Pressupostos financeiros e princípios gerais para a elaboração dos instrumentos previsionais de gestão	17
3.3.	Enquadramento no Programa de Governo.....	22
3.4.	Enquadramento no Orçamento de Estado	23
4.	Atividades e Plano de Investimentos.....	25
4.1.	Atividades a Desenvolver.....	25
4.1.1	Atividades correntes	25
4.1.2	Interfaces e integrações funcionais	26
4.1.3	Abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra.....	26
4.1.4	Estudos, projetos, concursos e fornecimentos	28
4.1.5	Serviços Rodoviários Alternativos.....	31
4.1.6	Comunicação e Marketing.....	32
4.2.	Plano de Investimentos.....	34
5.	Recursos Humanos.....	38
6.	Informação Financeira	44
6.1.	Atividade Operacional.....	47
6.2.	Atividade de Investimentos	53
6.2.1.	Investimentos com Financiamento Comunitário	55
6.2.2.	Análise dos Indicadores de Gestão.....	56
6.2.3.	Efeitos não recorrentes.....	59
7.	Contrato de Obrigações de Serviço Público	60
8.	Quadro síntese de autorizações requeridas	61

Índice de Anexos

Anexo A	Parecer do Revisor Oficial de Contas	63
Anexo B	Declaração de Conformidade (Anexo XI da DGO).....	65
Anexo C	Demonstrações Financeiras Previsionais	66
Anexo D	Demonstrações Financeiras UTAM	72
Anexo E	Mapa de Pessoal Aprovado pelo Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas	80
Anexo F	Autorização para utilização do IOEGG como indicador de eficiência operacional	82
Anexo G	Encargos Económicos e Financeiros decorrentes da crise geopolítica internacional.....	83
Anexo H	Estimativa de Encargos com pessoal – Efeito anual de novas admissões	84
Anexo I	Autorização para admissão de 4 trabalhadores no exercício de 2021	85
Anexo J	Autorização para admissão de 5 trabalhadores no exercício de 2022	86
Anexo K	Autorização para admissão de 8 trabalhadores no exercício de 2023	87
Anexo L	Autorização para utilização de saldo de gerência em 2023	88

Índice de Quadros

Quadro 1 – Objetivos estratégicos financeiros	14
Quadro 2 – Objetivos estratégicos setoriais	15
Quadro 3 – Cenário macroeconómico	16
Quadro 4 – Grau de execução do PAO 2023, na perspetiva financeira	20
Quadro 5 – Grau de execução do PAO 2023, na perspetiva orçamental	21
Quadro 6 – Grau de execução do PAO 2023 no indicador alternativo	22
Quadro 7 – Evolução do investimento, na perspetiva orçamental	35
Quadro 8 – Orçamento de despesa por fontes de financiamento, na perspetiva orçamental	36
Quadro 9 – Origem de fundos, na perspetiva orçamental	37
Quadro 10 – Quadro de pessoal.....	38
Quadro 11 – Evolução dos Recursos Humanos em 2024	39
Quadro 12 – Custos com pessoal.....	40
Quadro 13 – Evolução marginal dos encargos anuais com novas admissões (gastos das admissões)	41
Quadro 14 – Encargos com administração e órgãos sociais	41
Quadro 15 – Encargos com recursos humanos e equiparados	42
Quadro 16 – Fontes de financiamento, na perspetiva financeira.....	44
Quadro 17 – Fontes de financiamento, na perspetiva orçamental.....	44
Quadro 18 – Origem e aplicação de fundos, na perspetiva financeira	46
Quadro 19 – Origem e aplicação de fundos, na perspetiva orçamental	47
Quadro 20 – Gastos por centro de custo	47
Quadro 21 – Orçamento de exploração.....	49
Quadro 22 – Evolução dos custos com pessoal, FSE e volume de negócios	50
Quadro 23 – Despesas de funcionamento	51
Quadro 24 – Encargos com a frota automóvel	52
Quadro 25 – Investimento plurianual	54
Quadro 26 – Investimento com financiamento comunitário, na perspetiva orçamental	55
Quadro 27 – Evolução do indicador de otimização da estrutura de gastos operacionais (IOEGG)	57
Quadro 28 – Evolução comparada do IOEGG, dos custos com pessoal e FSE.....	58
Quadro 29 – Venda de ativos	59
Quadro 30 – Síntese de autorizações requeridas.....	61

1. Introdução

1.1. Caracterização da Empresa

A Metro-Mondego, S.A. [MM], é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constituída por escritura pública a 20/05/1996. De acordo com os Estatutos, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de janeiro, as participações dos acionistas da Metro-Mondego no seu capital social compreendem o Estado, que detém a maioria do Capital Social (53%), os Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã (com 14% cada), a Infraestruturas de Portugal, S.A. (2,5%) e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. (2,5%).

Através do Decreto-Lei n.º 10/2002, alterado pelo Decreto-Lei n.º 226/2004, de 6 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 21/2022, de 4 de fevereiro, o Estado atribuiu à MM a concessão, em regime de serviço público, da exploração de um sistema de transporte nos Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, designado Sistema de Mobilidade do Mondego [SMM]. Segundo o mesmo diploma, compete à Infraestruturas de Portugal, S.A. [IP] o desenvolvimento dos procedimentos necessários à realização de projetos técnicos e assessoria à gestão e coordenação, de expropriações, de empreitadas (infraestrutura base do troço entre Coimbra B e Serpins e Linha do Hospital), sistemas de telemática e de apoio à exploração e de paragens, sinalética e mobiliário urbano), de fiscalização das mesmas e ainda da candidatura a financiamento de fundos europeus estruturais e de investimento. À MM cabe supervisionar o SMM e assegurar a sua exploração comercial.

A solução de transporte adotada pela MM, o Metrobus, que se configura como um sistema de transporte rodoviário em infraestrutura dedicada e assegurada por veículos elétricos adaptados a essa infraestrutura, sendo económica e socialmente mais vantajosa, assegura o aproveitamento racional do canal ferroviário existente, para além de permitir uma integração sustentável em meio urbano.

Durante a fase de construção das infraestruturas a MM é ainda responsável pelos Serviços Rodoviários Alternativos.



1.2. Missão, visão e valores

A missão da MM é subsidiária da ambição que presidiu à sua criação e que, genericamente, pode ser equacionada pela importância de suprir necessidades de mobilidade na área geográfica dos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã afirmando-se, por esta via, como um instrumento decisivo para melhorar a qualidade de vida das populações abrangidas. Em concreto, a missão da MM agrega as seguintes dimensões:

- **Implementar e explorar o SMM** na área geográfica dos municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo, otimizando a utilização dos recursos afetos ao projeto;
- **Promover a mobilidade sustentável**, colocando os meios disponíveis e o conhecimento acumulado ao serviço da região, dos seus habitantes e visitantes, incentivando ativamente a implementação de soluções inovadoras em matéria de mobilidade, de oferta de serviços urbanos integrados e de proteção do ambiente;
- **Assegurar a manutenção e renovação da infraestrutura**, com elevadas condições de segurança, interoperabilidade e de continuidade do serviço público;
- **Contribuir para a inclusão social e para a igualdade entre mulheres e homens** de forma eficaz e coerente.

A visão da MM pondera o impacto da sua atividade num horizonte de longo prazo e projeta três perspetivas entendidas como necessárias para que esse futuro possa ser alcançado:

- Ser uma **organização inovadora**, interagindo com as populações e assegurando de modo eficaz a implementação e a exploração do SMM, **visando alcançar elevados padrões de qualidade de serviço público**;
- Ser um parceiro das autarquias e dos demais agentes no desenvolvimento de um sistema de transportes integrado, que contribua para a melhoria das acessibilidades e do **desenvolvimento económico e social**, bem como para as condições de **coesão territorial e de qualificação urbana**;
- **Participar**, juntamente com os diversos atores económicos, sociais e académicos, **no desenvolvimento sustentável, de melhoria da qualidade de vida e de aumento da atratividade da região**.

A MM pauta as suas ações pelos seguintes valores:

- **Serviço público** de elevada qualidade com foco nas pessoas e salvaguarda da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens;
- **Transparência e integridade** em todas as intervenções e relações com partes interessadas;
- **Rigor e responsabilidade** no cumprimento das tarefas profissionais;
- **Espírito de equipa**, procurando a orientação para objetivos comuns, valorizando a partilha de conhecimento, o mérito e a equidade;
- **Sustentabilidade**, promovendo a mobilidade ecológica e a qualidade de vida através da adoção das melhores práticas do setor e da consciencialização ambiental interna e externa;
- **Inclusão**, desenvolvendo soluções de mobilidade que permitam a todos deslocarem-se conforme as suas necessidades, independentemente da sua condição física, social ou género.



1.3. Estrutura orgânica da empresa

A MM é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando, portanto, o setor público empresarial, cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro e Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro. Os atuais Órgãos Sociais da MM foram eleitos para o mandato do triénio 2023 a 2025 através de Declaração Social Unânime por Escrito de 15 de setembro de 2023, sendo o Conselho de Administração composto por um Presidente e dois vogais executivos. A estrutura orgânica em vigor na MM é apresentada na Fig. 1.

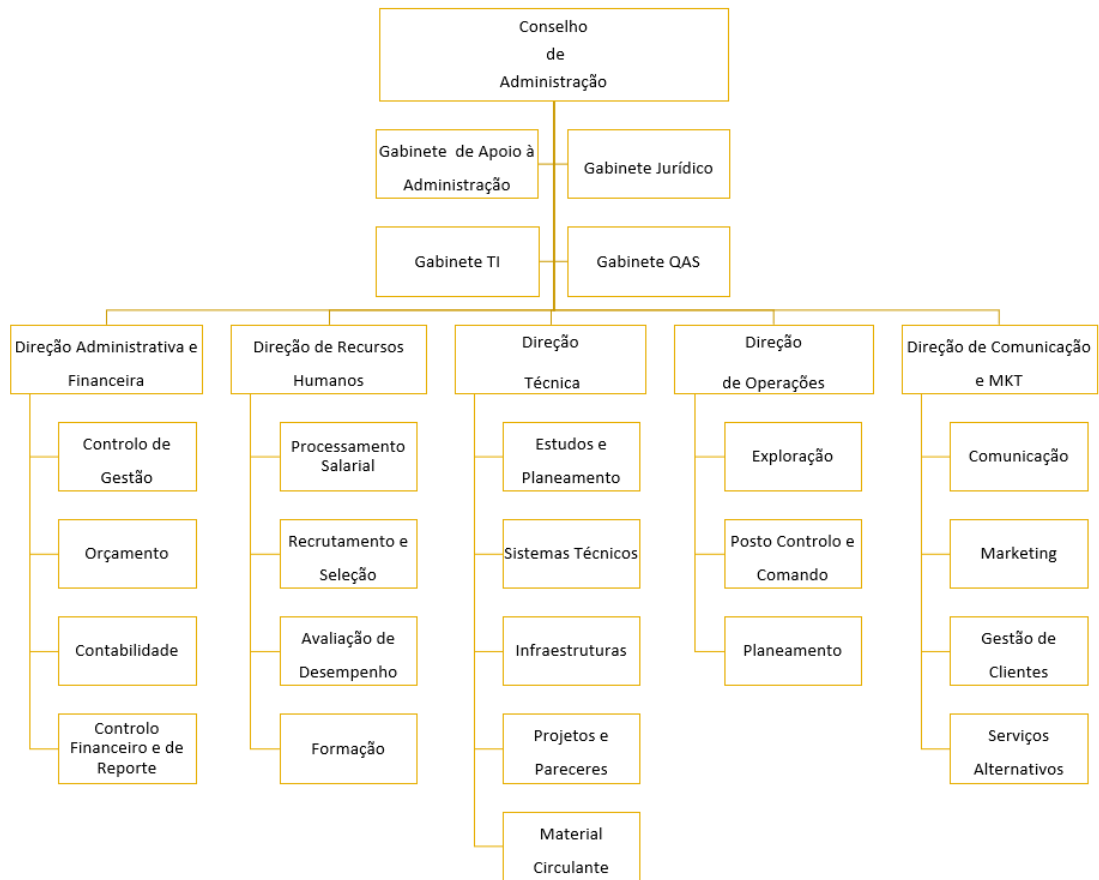


Figura 1 - Organigrama da Metro Mondego, S.A.

2. Estratégia de médio prazo (três anos)

2.1. Estratégia

Em termos genéricos, a estratégia da MM consiste na **promoção da mobilidade sustentável na sua área de intervenção**, ou seja, “criar as condições para que [a mobilidade] se possa exercer através de modos de transporte sustentáveis, isto é, cuja produção tenha os menores impactes possíveis sobre o ambiente, recorra a energias renováveis ou cada vez menos dependentes de recursos naturais esgotáveis [...], com custos social e economicamente aceitáveis pela sociedade, e que garantam uma relativa equidade de acesso a toda a população¹” .

Esta orientação da atividade da MM enquadra-se, naturalmente, nas estratégias estabelecidas nas escalas europeia, nacional e regional para a mobilidade.

De facto, a orientação antes referida está claramente definida no plano europeu, cuja estratégia estabelece que a “mobilidade com baixo nível de emissões é uma componente essencial da grande transição para a economia circular hipocarbónica, necessária para a Europa manter a sua competitividade e poder dar resposta às necessidades de mobilidade das pessoas e das mercadorias²”.

No plano nacional, também no programa do XXIII Governo Constitucional se integra a mobilidade sustentável como parte do 1.º Desafio Estratégico, relativo às Alterações Climáticas e Transição Climática³, para cujo resultado se definem vários eixos de atuação, entre os quais se contam a descarbonização do setor dos transportes, a promoção do transporte público urbano e a transição para a mobilidade elétrica⁴.

Na dimensão regional, o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável [PAMUS] da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra [CIM RC] estabelece como objetivos estratégicos, entre outros, a “promoção de uma transferência para modos de transporte mais limpos e eficientes, [a] garantia de um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo,

¹ Cf. APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2010): Projeto Mobilidade Sustentável, Volume II, página 11.

² Comissão Europeia (2016): Estratégia Europeia de Mobilidade Hipocarbónica; Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões; COM (2016) 501 final; página 2.

³ Cf. Programa do XXIII Governo Constitucional: “1.º DESAFIO ESTRATÉGICO: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS TRANSIÇÃO CLIMÁTICA - Enfrentar as alterações climáticas e garantir uma transição justa”, página 71 e seguintes.

⁴ Cf. páginas 76 a 79, op. cit..

[e a] redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito estufa e do consumo de energia⁵”.

Numa escala mais micro, isto é, associada à atividade da empresa, a estratégia estabelecida assume três dimensões complementares:

- i. **Disponibilizar a infraestrutura** do SMM, tão brevemente quanto possível, em articulação com a Infraestruturas de Portugal, S.A. [IP];
- ii. **Preparar a operação** do sistema em modo rodoviário elétrico;
- iii. Contribuir para um ecossistema de colaboração regional, por forma a permitir **integração do SMM** com os restantes modos e operadores de transporte público.



⁵ Cf. CIM RC (2018), Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra; página 23.

2.2. Objetivos

O principal objetivo da MM é disponibilizar, dentro dos prazos estabelecidos, um sistema de transporte coletivo [TC] de elevada qualidade que permita aumentar expressivamente a quota do transporte público [TP] nos concelhos de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã.

A concretização desta aspiração envolverá necessariamente vários objetivos parcelares, dos quais se sublinham:

- Contribuir para uma valorização da imagem do TC, frequentemente visto como um modo de transporte destinado a estratos de menores rendimentos, para um sistema de transporte universal, inclusivo, ecológico e capaz de atrair e servir utilizadores independentemente do estrato social e/ou condições económicas;
- Promover condições de trabalho adequadas para todos os colaboradores e prestadores de serviços da MM, componente essencial para otimizar a eficiência da empresa;
- Desenvolver uma cultura de cooperação com os principais agentes envolvidos, entre os quais se destacam o Estado, os municípios abrangidos, a CIM RC e os operadores de transporte deste espaço geográfico.



No horizonte temporal deste Plano, apontam-se como objetivos estratégicos financeiros mais relevantes a maximização da eficiência operacional e a maximização dos proveitos da empresa. Contudo, considerando a fase em que a empresa se encontra, para o ano de 2024, ainda não é possível usar o habitual indicador calculado através do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, incluindo neste último as contrapartidas financeiras que se espera vir a contraturalizar por obrigações de serviço público. Propõe-se uma meta para este indicador para 2025 e 2026, mas, para 2024, recorre-se ao indicador do rácio entre os gastos operacionais e o investimento realizado para medir o cumprimento do objetivo de maximização na utilização dos recursos (o recurso a este indicador de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais [IOEGG] foi aprovado pelo Despacho n.º 1250/19-SET, de 15 de outubro de 2019).

Quanto ao objetivo de maximização dos proveitos da empresa, identifica-se como indicador adequado para aferir o seu cumprimento o valor anual das receitas tarifárias. No Quadro 1 indicam-se os valores definidos para as metas a atingir, para cada ano.

Quadro 1 – Objetivos estratégicos financeiros

Objetivo	Indicador	2024	2025	2026
Maximizar a eficiência na utilização dos recursos	Gastos Operacionais/ Investimento Realizado	0,076		
Maximizar a eficiência operacional	Gastos operacionais/volume de negócios		0,993	0,983
Maximizar os proveitos da empresa	Valor anual das receitas tarifárias	865 000	1 970 073	6 529 843

Do ponto de vista operacional, o principal objetivo consiste em colocar em operação o SMM, admitindo-se que tal seja faseado, i.e., que o SMM entre em operação, entre Serpins e a Portagem, até final de 2024, e até ao final do ano seguinte nos restantes troços da extensão prevista (ou seja, até à atual estação de Coimbra B bem como a Linha do Hospital). Define-se como indicador associado a este objetivo o número de quilómetros da rede em serviço, propondo-se como metas a atingir 35,5 km, em 2024, e 41,9 km, em 2025 e 2026 (dado tratar-se da totalidade da rede em construção).

Associado a este objetivo, assume-se o do aumento da procura dos serviços da MM. Recorda-se que até ao momento esta procura corresponde em exclusivo aos serviços alternativos que a empresa fornece; contudo, com a entrada em funcionamento da 1ª fase do SMM, prevista para o final de 2024, e a entrada de todo o sistema em 2025, prevê-se um aumento expressivo do número de passageiros. Importa dar nota de que se admite que em 2026 ainda não seja viável atingir o pleno da procura estimada para o funcionamento do sistema em velocidade cruzeiro, razão pela qual se considera um fator de *ramp up* para a procura⁶.

Constitui-se igualmente como objetivo central da MM a disponibilização de um tarifário intermodal integrado para a região de Coimbra, processo que exigirá uma articulação entre os sistemas de bilhética dos diversos operadores e a constituição de uma entidade gestora do tarifário intermodal. Neste contexto, apontam-se como metas a constituição da entidade, em 2024, e a disponibilização do tarifário intermodal, em 2025. Sintetizam-se no Quadro 2 as metas definidas para este conjunto de indicadores.

⁶ As estimativas de procura do SMM têm por base o estudo de procura do SMM (“Avaliação de novo cenário de estimativa de procura do Sistema de Mobilidade do Mondego”, TRENMO, julho 2020). A procura estimada neste estudo para o 1º ano de exploração com a rede completa do SMM foi de 13.053.452 passageiros e 68.994.260 passageiros.km.

A partir destes dados, a MM produziu estimativas de procura atualizadas e de maior pormenor, tendo em conta:

- (i) o atual faseamento previsto da entrada em serviço da rede: Fase 1 (Serpins-Portagem) em finais de 2024 e Fase 2 (rede completa) em finais de 2025;
- (ii) período de *ramp-up* da procura: período de alteração de hábitos das pessoas face ao novo sistema, em que a procura aumenta progressivamente desde a entrada em serviço até ser atingida a procura potencial (ou de cruzeiro) estimada.

Mais concretamente, como fator de *ramp-up* considerou-se a proporção de procura efetiva em relação à procura potencial em ano de cruzeiro, tendo sido considerado 50% no 1º trimestre da Fase 1 e um aumento de 6,25% por trimestre, de modo a atingir 100% após 2 anos.

Quadro 2 – Objetivos estratégicos setoriais

Objetivo	Indicador	2024	2025	2026
Colocar em serviço o SMM	Quantidade de quilómetros da rede em serviço	35,5	41,9	41,9
Aumentar a procura dos serviços da MM	Nº de passageiros	725 000	2 567 590	11 013 850
Promover a intermodalidade do sistema	Marcos da entrada em serviço do tarifário intermodal	Constituição da Entidade Gestora do tarifário intermodal	Disponibilização do tarifário intermodal	

Importa ter presente que o cumprimento das metas referidas depende necessariamente de um conjunto de pressupostos, entre os quais se inclui a obtenção dos financiamentos previstos, das autorizações governamentais relevantes e do cumprimento do planeamento acordado entre o Governo, a MM, os municípios e a IP.

Finalmente, de entre as principais metas de curto-prazo estabelecidas para a atividades da MM, destacam-se as seguintes:

- Abertura do Canal da Baixa de Coimbra: conclusão da empreitada sob responsabilidade da MM, no 2º trimestre de 2024;
- Parque de Material e Oficinas [PMO]: arranque da empreitada complementar no início do 1º trimestre de 2024 e conclusão da execução das empreitadas geral e da complementar no final do 1º semestre de 2024;
- Aquisição de veículos: execução do concurso internacional de fornecimento de 35 autocarros articulados elétricos (com opção de até 5 veículos adicionais) com entrega do protótipo para testes em fevereiro de 2024 e conclusão do fornecimento no 2º trimestre de 2024.

3. Plano de atividades e indicadores de desempenho

3.1. Enquadramento macroeconómico

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da MM é desenvolvido em conformidade com as instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2024 [IPGs2024-2026], anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do Sector Empresarial do Estado [SEE], constantes do Despacho N.º 324/2023-SET, de 3 de agosto.

O cenário macroeconómico considerado é o que se reproduz no Quadro 4.

Quadro 3 – Cenário macroeconómico

PIB e componentes da Despesa (var. % em termos reais)	2022	2023	2024	2025	2026
PIB	6,7	1,8	2,0	2,0	1,9
Consumo Privado	5,8	0,6	1,3	1,4	1,5
Consumo Público	1,7	2,6	1,2	1,0	1,0
Investimento (FBCF)	3,0	3,4	5,3	4,0	3,1
Exportações de Bens e Serviços	16,7	4,3	4,0	4,3	4,1
Importações de Bens e Serviços	11,1	3,7	4,1	4,1	3,8
Evolução dos Preços (IPC)	8,1	5,1	2,9	2,1	2,0

Fonte: GPEARI

Na sequência dos anos de 2020 e 2021, muito marcados pelos efeitos da pandemia pelo vírus SARS-Cov-2, a que se seguiram os anos de 2022 e 2023, fortemente condicionados pela crise geopolítica internacional com impacto orçamental significativo no país, designadamente em matéria de gastos com consumos energéticos, bem como nas dificuldades sentidas ao nível do fornecimento de componentes e matérias primas, provocando a escalada da inflação, espera-se que 2024 seja um ano de viragem para a generalidade das empresas públicas do SEE, com condições mais favoráveis à consolidação do regresso à normalidade potenciadoras de melhor qualidade e maior eficiência das suas atividades.

Em 2024, perspectiva-se a inversão da tendência crescente da inflação (com uma diminuição do IPC de 5,1 %, em 2023, para 2,9%, em 2024) embora se mantenham algumas das preocupações económicas como o aumento das taxas de juro. Assim, nos termos das “Instruções para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2024, anual e plurianual, das empresas não financeiras”⁷, o ano de referência a ser tomado para a elaboração do plano anual, será o ano 2023. É face a ele que se perspectiva a atividade da empresa e

⁷ Cf. Despacho n.º 324/2023-SET.

fundamentam os aumentos ou decréscimos das respetivas componentes do PAO, podendo ser feita referência aos anos 2021 e 2022 nos casos em que tal seja determinante para enquadrar trajetórias ou variáveis. Para os anos subsequentes (2025 e 2026), serão considerados, como anos de referência, os exercícios anteriores.



3.2. Pressupostos financeiros e princípios gerais para a elaboração dos instrumentos previsionais de gestão

A proposta de PAO e correspondentes projeções financeiras obedece à legislação e orientações vigentes para o SEE, nomeadamente no que concerne à prática de uma estratégia de maximização das receitas comerciais e contínua implementação de políticas de redução de custos. A MM não tem, nem considera vir a ter, pagamentos em atraso, assegurando a prática de um prazo médio de pagamentos [PMP] inferior a 30 dias. Por esta via a MM associa-se ao crescente contributo do SEE para a solidez das finanças públicas e garante o compromisso com a manutenção integral dos objetivos do “Programa Pagar a Tempo e Horas”, assumindo um PMP até 30 dias nas Demonstrações Financeiras Previsionais de 2024 a 2026. Igualmente, a MM não tem endividamento e não prevê o recurso ao endividamento.

Os cenários de evolução da situação financeira da MM considerados no plano anual (2024) e plurianual (triénio 2024-2026), ponderam um conjunto de especificidades que decorrem da implementação, em curso, do SMM e que devem ser tidas em conta na leitura da generalidade das projeções deste documento, nomeadamente:

- i) As estimativas de receitas associadas à venda de bilhetes têm origem em dois serviços distintos:
 - a) A operação dos Serviços Rodoviários Alternativos, que ocorre pela venda direta pela MM e resulta do tarifário definido pela CP - Comboios de Portugal, cuja estimativa assenta em dados históricos. Deste modo não estão contempladas estimativas de crescimento anuais por não se enquadrarem neste cenário de operação;
 - b) A venda de bilhetes do SMM, que se iniciará em 2025 (Serpins – Portagem), sendo que este calendário não permite evidenciar taxas de crescimento do volume de negócios que naturalmente ainda não é possível formular.

A partir de 2025, com a entrada em serviço da fase Serpins – Portagem, deixará de ser prestada a operação dos Serviços Rodoviários Alternativos a este eixo, e pese embora seja realizado no eixo Coimbra – Coimbra B, para este serviço não estão previstas receitas.

- ii) Tendo em consideração que a MM prossegue a fase de investimento iniciada nos exercícios anteriores, sem que ocorram receitas significativas que possibilitem a tradicional análise do rácio entre os gastos operacionais e o volume de negócios, em 2024, a empresa dá continuidade à construção e análise do indicador alternativo de Otimização da Estrutura de Gastos operacionais [IOEGG]⁸, conforme aprovado pelo Despacho n.º 1250/19-SET, a 15 de outubro de 2019. De notar que, em consequência dos desfasamentos temporais que se têm vindo a observar na execução das empreitadas já contratadas e a contratar, até final de 2024 não se estima que possam ocorrer receitas operacionais associadas ao início da operação do SMM, razão que fundamenta (e obriga, nos termos do referido Despacho n.º 1250/19-SET), que o IOEGG se mantenha em vigor enquanto este cenário não se alterar.
- iii) O aumento da estrutura de pessoal que este plano considera é a que decorre do incremento da atividade da empresa e da preparação interna dos seus recursos para iniciar operação, conforme se desenvolve no ponto 5.

⁸ Cf. ponto 4.5 – Análise dos Indicadores de Gestão, deste documento.

- iv) Os custos crescentes com fornecimentos e serviços externos [FSE] estão relacionados com o incremento de estrutura e da atividade. A análise da sua evolução deve ser efetuada com referência ao IOEGG.
- v) A análise do resultado operacional deve ser contextualizada pelas especificidades invocadas, i.e., não obstante exibir resultados positivos e crescentes que são sustentados por operações previstas, estas são não recorrentes e não diretamente associadas à atividade normal da operação do SMM. Pelo exposto, considera-se fundamentada a não aplicabilidade, à realidade da MM e no horizonte temporal deste Plano, do cumprimento dos objetivos apontados nas orientações definidas, no que se refere à observância de crescimento sustentado do volume de negócios, bem como para a evolução dos gastos operacionais, dos custos com pessoal e dos FSE, todos relativamente ao volume de negócios, bem como para um resultado operacional [EBIT] com melhor desempenho comparativamente ao ano anterior.
- vi) Reforça-se que a MM é (ainda) uma empresa de projeto. Associada à condição de empresa de projeto está a incumbência da MM de implementar um sistema de mobilidade, com acolhimento dos pressupostos inscritos nos documentos previsionais, nomeadamente no cronograma institucional do SMM, que estabelece como data prevista para o início da operação o final do exercício de 2024. Em síntese e com estrito rigor, tendo a MM em execução o projeto SMM, adequou para efeitos do orçamento para 2024, por instruções da Direção Geral do Orçamento, um novo projeto orçamental, que se refere ao investimento no material circulante (projeto 14978). Deste modo, são evidenciadas as fontes de financiamento no Quadro 18 – Origem e Aplicação de Fundos na perspetiva financeira e no Quadro 19 – Origem e Aplicação de Fundos na perspetiva orçamental. Sublinha-se que a fonte de financiamento comunitário (assumida como desejável pelas tutelas financeira e setorial) está sinalizadas apesar de, à presente data, não estar contratada. A MM submeteu no dia 8 de novembro de 2024 uma candidatura ao Programa Sustentável 2030 para financiamento dos veículos, dos sistemas de carregamento e do PMO.
- vii) Não existem garantias concedidas. Quanto a contingências conhecidas importa assinalar o seguinte:
 - a) Corre no Tribunal Central Administrativo Sul uma ação de contencioso pré-contratual proposta contra a MM no âmbito do “Concurso Público Internacional para o Fornecimento de Autocarros Elétricos para Transporte Urbano de Passageiros, Equipamentos de Carregamento e Serviços de Manutenção”, adjudicado pelo valor de € 43 227 673,98 euros (a que acresce

o IVA à taxa legal em vigor), relativamente à qual foi já proferida decisão de primeira e segunda instância, totalmente favoráveis à MM. Em caso de procedência do recurso e decaimento total da ação, cenário que se reputa muito pouco provável, a MM poderia ter de assumir o correspondente a uma compensação pelas custas processuais da autora.

- b) Relativamente a outras pretensões indemnizatórias, designadamente, quanto ao interesse contratual positivo, considera-se muito pouco provável que as mesmas possam ter lugar, mesmo no cenário, muito improvável, de procedência da ação.
- viii) De uma forma geral, os impactos económicos e financeiros decorrentes da crise geopolítica internacional foram sentidos em 2022, tendo progressivamente evoluído para uma situação menos instável durante 2023. Por exemplo, as variações com os custos com AOV foram notórias, mas atualmente encontram-se normalizados, também por via do novo Despacho n.º 7861-A/2023, de 31 de julho que veio estabelecer os novos critérios a que devem obedecer as aquisições onerosas de veículos a integrar o Parque de Veículos do Estado, desclassificando este custo como decorrente da crise geopolítica. Os custos com eletricidade também sofreram um impacto significativo, difícil de identificar porque também acumula o crescimento da atividade da empresa e, cumulativamente, a aquisição de viaturas elétricas. Finalmente, no que se refere ao investimento em curso, é explicitada a possibilidade de um impacto associado à revisão de preços, reequilíbrio financeiro e trabalhos complementares da empreitada de construção dos edifícios A1 e A2 da Baixa de Coimbra, das empreitadas do PMO e da empreitada relativa aos postos de transformação, que será apresentada mais à frente (capítulo 4 – Investimentos).
- ix) A estimativa de execução do PAO 2023 encontra-se resumida no Quadro 3.

Quadro 4 – Grau de execução do PAO 2023, na perspetiva financeira

	2023	2023	2023	Variação	
	v1	r1	estimativa	valor	%
Pessoal	1 295 107	1 298 156	1 123 999	-174 157	-0,134
Fornecimento e Serviços Externos	600 103	412 683	337 733	-74 950	-0,182
Investimento relacionado com funcionamento	761 000	555 000	65 000	-490 000	-0,883
Comunicação e Marketing	10 000	20 000	20 000	0	0,000
Serviços Alternativos	1 741 160	1 642 160	1 642 160	0	0,000
Libertação da Baixa de Coimbra	1 928 512	3 037 593	1 468 021	-1 569 572	-0,517
Empreitada de Construção PMO	9 082 595	5 799 658	2 840 434	-2 959 224	-0,510
Bilhética	1 382 017	1 332 237	1 182 075	-150 162	-0,113
Material Circulante	5 403 000	3 732 326	1 312 459	-2 419 867	-0,648
Assessorias e estudos	705 807	698 060	455 287	-242 774	-0,348
IRC	184 972	75 300	75 300	0	0,000
Total	23 094 273	18 603 173	10 522 467	-8 080 707	-0,4344

Em termos globais, o nível de execução estimado para 2023, na ótica da contabilidade financeira, aponta para 56,5% do Orçamento aprovado para 2023 (PAO 2023/2025 R1). Importa referir que muito contribuíram para o diferencial, embora não exclusivamente, duas limitações verificadas em 2023. Em primeiro lugar, destacam-se os atrasos verificados na publicação da RCM que atualizava os investimentos estruturais, o que ajuda a explicar, conseqüentemente, uma dilação no concurso da empreitada complementar do PMO, um atraso na consignação da empreitada de construção do PMO (Empreitada Base) e na adjudicação do fornecimento do material circulante. Por outro lado, também têm contribuído de forma relevante para os desvios em análise, os atrasos verificados na execução da empreitada da Baixa de Coimbra e os atrasos sentidos na empreitada do PMO decorrentes de ações imprevistas que implicam ajustamentos ao projeto.

Cumulativamente, em face dos ajustamentos temporais dos investimentos com implicações no início da operação do SMM, as admissões de pessoal também deslizam no tempo, o mesmo sucedendo com os custos com FSE.

Quadro 5 – Grau de execução do PAO 2023, na perspetiva orçamental

	2023 v1	2023 r1	2023 estimativa	Varição valor	Varição %
Pessoal	1 293 017	1 293 017	1 116 295	-176 722	-0,137
Fornecimento e Serviços Externos	723 393	500 000	415 117	-84 883	-0,170
Investimento relacionado com funcionamento	899 230	642 400	79 950	-562 450	-0,876
Comunicação e Marketing	12 300	24 600	24 600	0	0,000
Serviços Alternativos	1 878 297	1 771 657	1 771 657	0	0,000
Libertação da Baixa de Coimbra	1 962 893	3 090 546	1 499 195	-1 591 351	-0,515
Empreitada de Construção PMO	9 198 550	5 917 081	2 912 335	-3 004 746	-0,508
Bilhética	1 525 311	1 334 307	1 184 145	-150 162	-0,113
Material Circulante	6 645 690	4 590 761	1 614 325	-2 976 437	-0,648
Assessorias e estudos	868 143	856 958	560 002	-296 955	-0,347
IRC	184 972	75 300	75 300	0	0,000
Total	25 191 796	20 096 627	11 252 922	-8 843 705	-0,4401

Considerando a análise na perspetiva orçamental, a execução estimada face ao orçamento de 2023 é de 55,9%.

Quadro 6 – Grau de execução do PAO 2023 no indicador alternativo

	2019	2020	2021	2022	2023	2023
	Execução	Execução	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa
Pessoal	433 723	514 966	617 133	702 311	1 298 156	1 123 999
Fornecimento e Serviços Externos	149 100	169 739	141 958	192 006	412 683	337 733
Soma [1]	582 823	684 705	759 091	894 317	1 710 840	1 461 732
Variação percentual face ao ano anterior						
Δ Pessoal		18,7%	19,8%	13,8%	84,8%	60,0%
Δ Fornecimento e Serviços Externos		13,8%	-16,4%	35,3%	114,9%	75,9%
Investimento (económica 07) [2]	965 151	1 900 676	2 485 286	3 121 879	16 817 034	8 985 435
IOEGG [1]/[2]	60,4%	36,0%	30,5%	28,6%	10,2%	16,3%

Considerado apenas para efeitos do indicador alternativo, o investimento (na perspetiva financeira) face aos custos do exercício adere à trajetória esperada, ou seja, perspetiva-se para 2023 um peso percentual de 16,3%, inferior ao peso em 2022 (28,6%), apesar do incremento de custos, confirmando o alinhamento com a otimização de custos para o investimento executado.

3.3. Enquadramento no Programa de Governo

O PAO 2024-2026 da MM concorre positivamente para três dos quatro desafios do Programa do XXIII Governo Constitucional, nomeadamente i) combater as alterações climáticas, ii) responder ao desafio demográfico e iii) reduzir as desigualdades. Constituindo uma prioridade explicitamente assumida neste documento estratégico governamental, o conjunto de investimentos previstos no SMM responde a dois dos seus objetivos fundamentais: em primeiro lugar, reforçar a capacidade de resposta dos serviços públicos e, em segundo lugar, melhorar as infraestruturas que contribuem para o aumento da competitividade da economia portuguesa. Acrescem, no caso em apreço, os projetados contributos do SMM para a promoção da transferência modal do transporte individual para o transporte coletivo e para a descarbonização da economia nacional, contributos determinantes para uma melhor estruturação do território e para o reforço da coesão social, assentes numa rede de transporte público de elevada qualidade, com uma oferta adequada e que permita uma acessibilidade alargada⁹.

Com particular relevância para a estratégia corporizada nas opções seguidas no PAO 2024-2026 da MM, sublinham-se as orientações para a “promoção do investimento centrado na melhoria da competitividade e da qualidade dos serviços públicos”¹⁰, bem como o

⁹ Cf. Programa do XXIII Governo Constitucional: “1.º DESAFIO ESTRATÉGICO: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS - Enfrentar as alterações climáticas garantindo uma transição justa”, página 72.

¹⁰ Cf. páginas 10 e 25, op. cit..

compromisso do Governo em “assegurar o investimento no sistema de mobilidade ligeira do Mondego (...) e no material circulante”, objetivos e compromisso que a MM aceita e aos quais pretende dar estrito cumprimento.

3.4. Enquadramento no Orçamento de Estado

O PAO 2024-2026 da MM prossegue o estabelecido e formalmente acordado nos Planos anteriormente aprovados, nomeadamente o correspondente ao triénio 2023-2025, conferindo-lhe a atualidade e os ajustamentos que decorrem das dinâmicas da empresa e do projeto do SMM.

O Orçamento de Estado 2024¹¹ sublinha o potencial do SMM enquanto “investimento de âmbito climático no domínio dos transportes públicos”¹², destacando que “a [sua] concretização se enquadra no objetivo fundamental de alcançar a neutralidade carbónica em 2050”¹³. Sublinha-se igualmente que o SMM “irá alterar estruturalmente a mobilidade na região de Coimbra” permitindo “concretizar uma antiga aspiração das populações dos concelhos servidos (Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã) e demonstrar o elevado desempenho deste modo de transporte, visível não apenas quanto à capacidade, mas sobretudo no que concerne à frequência, ao nível de conforto, à acessibilidade e à articulação com as restantes ofertas de mobilidade”¹⁴, aproveitando o investimento em infraestruturas feito anteriormente com recurso, de forma relevante, a financiamento de fundos europeus¹⁵. A primeira fase da operação, com início programado para o final de 2024, “numa extensão de 36 km, inclui as duas empreitadas de infraestruturas envolvidas, o Parque de Material e Oficinas, bem como os fornecimentos do material circulante (cerca de 35 autocarros elétricos articulados), dos sistemas telemáticos, da bilhética, dos sistemas de carregamento de energia e dos abrigos”¹⁶. Em simultâneo deverá ser “disponibilizado um tarifário integrado, o qual permitirá aos passageiros a utilização de qualquer operador de transporte coletivo da região”¹⁷.

¹¹ Cf. Relatório do Orçamento do Estado para 2024, Versão consolidada de 16 de outubro de 2023, XXIII Governo Constitucional, página 327.

¹² Cf. páginas 50-51, op. cit..

¹³ Cf. página 168, op. cit..

¹⁴ Cf. página 168, op. cit..

¹⁵ Cf. página 302, op. cit..

¹⁶ Idem.

¹⁷ Ibidem.



4. Atividades e plano de investimentos

4.1. Atividades a desenvolver

No triénio 2024-2026, destacam-se as atividades relacionadas com a execução do investimento e preparação da empresa para iniciar a operação do SMM a partir do final de 2024. Naturalmente, as atividades previstas para 2024 continuam a incluir, com peso relevante, a atividade corrente, onde se destaca, pela sua importância e montantes envolvidos, a operação dos Serviços Rodoviários Alternativos.

No que concerne à evolução dos investimentos em infraestruturas para o SMM, de responsabilidade direta da MM, para 2024 assinala-se a projetada conclusão da empreitada dos Edifícios A1 e A2 e, conseqüentemente, a esperada abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra, mas também a conclusão das empreitadas do PMO, dos Postos de Transformação e Sistemas de Carregamento, da Bihética e a receção dos veículos referente ao fornecimento do material circulante.

4.1.1 Atividades correntes

Em 2024, a MM dará continuidade às atividades correntes. Em 2023 foram atualizados procedimentos internos nos domínios dos recursos para apoio às tecnologias de informação visando a disponibilização dos meios humanos e materiais indispensáveis para corresponder à fase de crescimento da empresa, iniciada em 2020, e que será continuada (e reforçada) no triénio 2024-2026. Assinala-se que as instalações da sede (e os investimentos realizados em setembro de 2020) contribuirão positivamente para o desempenho global da empresa e bem-estar dos colaboradores.

Considerando a importância atribuída às pessoas na MM, com o correspondente alinhamento organizacional e motivação individual, no período em apreço pretende-se dar continuidade às atividades relacionadas com a gestão dos recursos humanos. Neste âmbito incluem-se também as preocupações com o aumento das competências dos colaboradores a que o Plano de Formação em vigor pretende dar resposta, a promoção da igualdade de género, a ampla e sistemática divulgação dos princípios e valores do Código de Ética e Conduta da MM e do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão.

4.1.2 Interfaces e integrações funcionais

Os espaços urbanos resultantes da construção das integrações funcionais das estações no âmbito da empreitada do Alto São João - Serpins, e ainda das Interfaces de Sobral de Ceira, Miranda do Corvo e Lousã, são de uso público, com manutenção assegurada pelas Câmaras Municipais de Miranda do Corvo e Lousã, conforme protocolos propostos pela Metro-Mondego e assinados entre estas Autarquias e a IP para a gestão e manutenção dos espaços de uso público.

Com a colaboração dos serviços técnicos da MM, estas autarquias têm contribuído para uma boa utilização desses espaços, assegurando eficazmente a sua gestão e manutenção. Nos troços de canal dentro do perímetro urbano dos concelhos da Lousã e Miranda do Corvo, tem também existido colaboração por parte destas autarquias na manutenção dos espaços, nomeadamente no que respeita à desmatização. Nos restantes troços integrados no Domínio Público Ferroviário, a manutenção tem vindo a ser assegurada pela IP, de acordo com os pedidos recebidos.

Com a execução da empreitada do troço suburbano (Alto de S. João – Serpins), da responsabilidade da IP, as infraestruturas e interfaces respetivas estão a ser intervencionadas ou disponibilizadas, na sua maioria, para as atividades da empreitada, passando a gestão das mesmas a ser realizada nesse âmbito.

4.1.3 Abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra

Em 2019 foi aprovada, pela Secretaria de Estado das Infraestruturas e pela Secretaria de Estado do Tesouro, a metodologia para a execução das obras de Abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra, ocorrendo em 2020 a publicação das Portarias n.º 141/2020 e 142/2020 e posteriormente, em novembro de 2022, a publicação das Portarias n.º 759/2022 e 760/2022, as quais autorizam a MM a assumir os encargos plurianuais daí decorrentes. No último trimestre de 2020 foi consignada a “Empreitada de desconstrução/demolição, construção e reabilitação dos edifícios para a abertura do canal do Sistema de Mobilidade do Mondego na Baixa de Coimbra (Parcelas 22, 23, 25, 26, 27, e 33)” a par dos serviços de gestão, assessoria, fiscalização e coordenação de segurança. Estima-se a sua conclusão no final de 2024.

Em paralelo, durante o ano de 2021, foram iniciados procedimentos para a venda das parcelas sobrantes contíguas ao Canal do SMM na Baixa. Não foi ainda possível concretizar a venda da parcela U 5, como planeado, pelo se irão concentrar esforços para que seja possível concretizar esta venda em 2024.



No âmbito da programação das atividades da MM, está ainda previsto que a venda das frações integrantes dos edifícios A1 e A2 ocorra no decurso dos exercícios de 2024 e 2025, assumindo que estarão concluídas as obras dos edifícios no decurso de 2024, bem como da Linha do Hospital naquela área. Este último aspeto é antecipado como relevante, na medida em que a disponibilização de um espaço urbano qualificado na envolvente aos edifícios constituirá um importante elemento de valorização destes ativos.

No dia 11/05/2022 foi assinado, entre a MM e a CMC, o Protocolo de Colaboração Relativo ao Arranjo Urbanístico da Avenida Central. Com este protocolo foi possível avançar com a demolição do corpo tardoz da denominada “Casa Aninhas”, propriedade do Município, e com os trabalhos para a execução da praça no lado sul da Estação “Câmara”, a qual se revela de grande importância para a qualificação daquele espaço, mas também para garantir uma acessibilidade adequada ao SMM e à zona da Baixa de Coimbra.

Tendo como objetivo a continuidade e conclusão dos trabalhos que irão permitir a abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra, zona classificada como Património Mundial, e a execução da Linha do Hospital, de entre as atividades a desenvolver em 2024 destacam-se:

- i. A conclusão da empreitada dos edifícios A1 e A2, em harmonia com o planeamento para a execução da Linha do Hospital (da responsabilidade da IP), e com o estabelecido contratualmente no que concerne à disponibilização das frações que irão acolher três unidades comerciais preexistentes nestes espaços, i.e., a Padaria Palmeipan – Panificação e Pastelaria, S.A., a Farmácia Luciano e Matos e o Restaurante Nova Democrática;
- ii. Conclusão do processo de alienação das “parcelas sobrantes”;
- iii. Arranque do processo de venda das frações dos edifícios A1 e A2;
- iv. Conclusão das adaptações a efetuar na parte remanescentes do corpo tardoz da “Casa Aninhas” e dos edifícios contíguos, incluindo a construção de uma nova fachada poente.
- v. Conclusão do projeto da praça “Câmara” e sua execução.

4.1.4 Estudos, projetos, concursos e fornecimentos

Em 2024, a MM continuará com as tarefas necessárias para a concretização do projeto do SMM, onde se inclui a colaboração com a IP nos aspetos relativos às infraestruturas, em conformidade com o Protocolo de Colaboração celebrado entre a MM e esta entidade.

No conjunto das tarefas atribuídas à MM assume especial relevância, nesta fase, a gestão dos contratos de fornecimento e de empreitadas e o desenvolvimento de estudos e projetos, nomeadamente nas seguintes áreas:

- Veículos e sistema de carregamento elétrico:
 - Gestão do contrato de fornecimento e manutenção de veículos elétricos e sistemas de carregamento de baterias, incluindo o acompanhamento da instalação de carregadores elétricos nos terminais e da produção dos autocarros elétricos articulados;
 - Conclusão da empreitada de construção de postos de transformação do sistema de carregamento de baterias e da execução pela E-REDES de ligações em média tensão para aqueles postos;
- Parque de Material e Oficinas (PMO):

- Conclusão dos processos expropriativos de aquisição dos terrenos necessários à realização da empreitada do PMO;
 - Gestão das empreitadas, geral e complementar, de construção do PMO e do fornecimento de equipamentos oficinais;
- Bilhética e tarifário multimodal:
- Gestão do contrato de fornecimento e manutenção do sistema de bilhética do SMM, em parceria com a CMC, conforme acordo celebrado entre estas Entidades, assumindo a MM a totalidade dos encargos financeiros não financiados por fundos comunitários e o apoio técnico; tendo a entrega de equipamentos ocorrido em 2023, a conclusão da instalação de equipamentos está prevista para 2024, em prazo compatível com a entrada em serviço do SMM;
 - Continuação das atividades, promovidas em conjunto pela CIM RC, CMC, MM e CP - Comboios de Portugal, de preparação da criação de uma entidade para a gestão dos sistemas de bilhética e tarifário intermodais na região de Coimbra, designada por A-GIT;
- Empreitadas base (da responsabilidade da IP):
- Colaboração com a IP no acompanhamento dos projetos e das empreitadas de construção de infraestruturas base (Serpins - Alto S. João; Alto S. João - Portagem; Portagem - Coimbra B e Renovação da Estação; Linha do Hospital) e fornecimento dos abrigos e mobiliário urbano das paragens;
- Sistemas técnicos:
- Colaboração com a IP na gestão do contrato de conceção, construção e manutenção dos Sistemas Técnicos do SMM, englobando o Posto de Comando Central [PCC], os Sistemas de Ajuda à Exploração [SAE], a sinalização/semaforização e os sistemas complementares de comunicações, de informação ao passageiro e de videovigilância, entre outros; foi constituído um Agrupamento de Entidades Adjudicantes, compreendendo a IP e a MM, para a gestão e fiscalização do contrato;

- Realização do concurso para a contratação do serviço de comunicações móveis (3G/4G/5G) a um operador de rede pública de telecomunicações, para apoio à operação do SMM;
- Conservação da infraestrutura e serviços complementares:
 - Consolidação do modelo de gestão para a conservação de infraestruturas;
 - Realização dos procedimentos de contratação de prestações de serviço diversas necessárias na fase de operação (desmatação e jardinagem; conservação de infraestruturas, estações e da via; limpeza; segurança e recolha de valores);
- Interfaces e integração urbana:
 - Consolidação dos projetos de articulação e otimização de interfaces entre o SMM e os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra [SMTUC], nomeadamente (i) na ligação da Praça da República ao Polo I da Universidade, (ii) na ligação entre a Estação Hospitais da Universidade de Coimbra [HUC]/Consultas Externas e a Avenida Bissaya Barreto e (iii) na Praça 25 de Abril;
 - Contratação e realização de empreitadas para implementação dos planos de arborização e plantação de árvores em zonas envolventes ao canal do SMM;
- Operacionalização e licenciamento do SMM:
 - Consolidação do programa de exploração do SMM, incluindo a realização de análises complementares;
 - Consolidação do modelo de financiamento, organização e gestão da operação do SMM;
 - Elaboração de conteúdos do Manual de Operação de Manutenção do SMM, tendo em vista a obtenção, junto do Instituto da Mobilidade e dos Transportes [IMT], das autorizações para a entrada em serviço do SMM e do licenciamento da MM para a atividade de prestação de serviços de transporte e de gestão e exploração da infraestrutura do SMM.

Em síntese, e em conformidade com as atividades acima identificadas, a realização de estudos e a contratação de assessorias implicará a assunção de encargos a repartir pelas seguintes rubricas:

- Gestão e operação;
- Conservação de infraestruturas;
- Licenciamento do sistema e estudos de segurança;
- Veículos;
- PMO / Parque de recolha;
- Bilhética e tarifário;
- Sistemas de Ajuda à Exploração e Telemática;
- Sistemas de alimentação elétrica;
- Sinalética e mobiliário urbano (Estações);
- Paisagismo
- Consultoria jurídica especializada;
- Processos expropriativos (PMO);
- Estudos e projetos de infraestruturas rodoviárias.

Por último, explicitada a relevância destas atividades e ponderados os recursos necessários para as concretizar, importa salientar que o presente PAO 2024-2026 da MM obriga ao indeclinável reforço da equipa técnica, já em 2024, com as projetadas contratações assumidas como indispensáveis para acomodar o acréscimo e a diversificação das atividades imputadas e a imputar à Direção de Operações, a que se irão juntar as admissões previstas para funções de carácter predominantemente operacional (nomeadamente reguladores e motoristas).

4.1.5 Serviços rodoviários alternativos

Em 2024, a MM dará continuidade à operação dos Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã. Recorde-se que a MM assegura desde 2021 as responsabilidades inerentes à preparação e gestão dos contratos para a prestação dos serviços alternativos. Desta forma, para além de preparar e lançar os procedimentos de contratação pública, a MM é gestora do contrato nas suas principais valências (operação, manutenção e limpeza da infraestrutura de apoio e serviços de apoio ao cliente), mantendo-se apenas em colaboração com a CP - Comboios de Portugal o sistema de vendas dos títulos de transporte, que continua a ser assegurado através dos equipamentos e postos de venda desta empresa (ao abrigo da celebração de um Protocolo para esse efeito).

Em 2023 foram preparados e lançados procedimentos para o prolongamento dos serviços alternativos para lá de 17 de outubro (fim do contrato anterior) e até à entrada em funcionamento da primeira fase do SMM, prevista para o troço entre a Portagem (no concelho de Coimbra) e Serpins (no concelho da Lousã), calendarizada para o final de 2024. Foi contratada, no âmbito de um procedimento por ajuste direto, a prestação dos serviços alternativos até ao final de 2023 e lançado um procedimento concursal para a prestação destes serviços durante 2024. Neste último procedimento, foi incluído um segundo lote relativo à prestação dos serviços rodoviários alternativos à ligação ferroviária entre as estações de Coimbra Cidade e Coimbra-B, que será desativada em meados de 2024, no âmbito da empreitada correspondente sob responsabilidade da IP, e que tem como limite temporal o final de 2025.

Durante a vigência do contrato que surgir do concurso lançado, espera-se que ocorra uma alteração tarifária (com a entrada em vigor do tarifário intermodal), o que inclui a necessidade de um sistema de bilhética próprio. Refira-se que o planeamento dos serviços alternativos continuará a considerar o efeito da aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária [PART], ou outro que lhe suceda, estimando-se uma receita com origem na CIM RC como compensação da redução das receitas de bilheteira em resultado da aplicação de uma redução de 30% no valor dos passes.

Por último, após alguns anos em que a operação dos serviços alternativos foi muito condicionada pelas medidas que decorreram das limitações associadas à evolução da pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, com implicações ao nível dos encargos suportados pela MM, a partir de 2022 a operação registou um crescimento positivo face aos resultados de anos anteriores, superando os valores pré surto pandémico.

4.1.6 Comunicação e *marketing*

A comunicação do SMM tem um papel com importância crescente à medida que o momento de entrada em operação do sistema se aproxima. No ano de 2024, ano em que algumas empreitadas do SMM serão concluídas e a operação no troço entre Serpins e Portagem irá arrancar, é particularmente importante reforçar as atividades de comunicação e *marketing*.

Para este desiderato, a MM tem em vigor um Plano de Comunicação elaborado pelo Departamento de Comunicação e *Marketing* que consubstancia ações e medidas de promoção e divulgação do SMM, prosseguindo quatro objetivos nucleares:

- Credibilizar e promover o SMM, valorizando o projeto e as suas intervenções, minimizando a resistência à mudança;

- Gerir o impacto das obras do SMM em meio urbano, com partilha de informação com transparência e rapidez, dando em simultâneo um sinal de esperança e promovendo um desígnio;
- Projetar e sustentar a imagem institucional da MM, reforçando a sua credibilidade junto da opinião pública, em particular dos 3 concelhos envolvidos;
- Promover o transporte público e a mobilidade sustentável, em articulação com os parceiros locais.

Em termos de programação, em 2024 destacam-se as seguintes ações, que se enquadram nos objetivos de curto e médio prazo (fase de execução obras e pré-operação):

- Divulgar e acompanhar as obras do SMM, antecipando conflitos e perturbações com maior impacto no dia-a-dia das populações, em especial nos centros urbanos;
- Interagir com a população, no sentido de esclarecer as dúvidas e gerir as reclamações decorrentes da obra, em estreita articulação com a IP;
- Promover reuniões e visitas para esclarecimentos à população e aos meios de comunicação social;
- Fazer registos de imagem (fotografia e vídeo) do desenvolvimento dos trabalhos, para divulgação através de diferentes suportes;
- Desenvolver conteúdos multimédia, nomeadamente sobre o impacto do SMM ao nível da integração urbana;
- Credibilizar a MM e o SMM, nomeadamente através do reforço de relações institucionais e com os meios de comunicação social;
- Criar conteúdos para as redes sociais e página internet da MM, para cumprimento de forma eficaz e moderna dos seus objetivos de divulgação e promoção do SMM, de apoio aos clientes dos serviços alternativos e de informação institucional;
- Organizar e participar em eventos no âmbito dos quais se promova o SMM, o transporte coletivo, a mobilidade sustentável, a coesão social e territorial;
- Desenvolver iniciativas de relação e colaboração com entidades do território de abrangência do projeto que contribuam para a aproximação às instituições e à apropriação do projeto pelas populações, possibilitando a sua participação e

envolvimento na promoção dos seus objetivos, e contribuindo para a integração do projeto no espaço urbano e suburbano;

- Distribuir suportes de informação ao público nas paragens e de bolso, para apoio aos clientes dos serviços alternativos;
- Promover grandes campanhas de divulgação, informação e esclarecimento sobre o SMM e suas características (veículos, tarifário, segurança, interoperabilidade, frequência), adequadas a diferentes circunstâncias e contextos, assinalando marcos relevantes do desenvolvimento do projeto, desenvolvendo um conjunto de iniciativas integradas e de materiais em diversos suportes.

De assinalar que parte destas ações se realizarão no quadro do plano de comunicação elaborado no âmbito da candidatura ao Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade (PACS) do projeto “Aquisição de material circulante e do sistema de carregamento de baterias, e construção do Parque de Material e Oficinas (PMO) para o Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM)”. Este plano estabelece um conjunto de ações que visam garantir a publicitação e divulgação dos apoios do fundo europeu que financia o SMM, bem como das ações inerentes à concretização dos projetos de investimento que lhes estão associados.

É relevante destacar que o projeto do SMM engloba várias dimensões, sendo que a componente da construção da infraestrutura é essencialmente da responsabilidade da IP. Neste sentido, algumas atividades do plano de comunicação serão desenvolvidas em articulação com a IP.

Refira-se ainda que a implementação destas ações será feita de acordo com o desenvolvimento do projeto, nomeadamente tendo em conta os seus ritmos, de modo a garantir a pertinência e oportunidade das ações previstas.

4.2. Plano de Investimentos

O Quadro 7 sintetiza o investimento realizado nos últimos exercícios, apresenta a estimativa de execução para o corrente exercício de 2023 bem como o orçamento plurianual de 2024 a 2026. Para um maior detalhe do orçamento 2024 a 2026 sugere-se a articulação desta informação com a disponibilizada no Quadro 25.

Quadro 7 – Evolução do investimento, na perspetiva orçamental

	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Investimento							
Investimento relacionado com funcionamento	23 064	93 464	642 400	79 950	1 006 755	0	0
Investimento para operação	0	0	0	0	0	0	246 000
Comunicação e Marketing	9 741	8 327	24 600	24 600	147 600	123 000	0
Serviços Alternativos	1 450 597	1 713 614	1 771 657	1 771 657	1 810 457	578 550	0
Libertação da Baixa	778 540	896 138	3 090 546	1 499 195	2 397 347	79 258	0
Parque de Material e Oficinas	334 067	379 870	5 917 081	2 912 335	8 421 754	0	0
Bilhética	0	0	1 334 307	1 184 145	172 302	0	0
Material Circulante	0	364 965	4 590 761	1 614 325	37 813 631	4 587 900	0
Estudos e Assessorias	188 073	117 488	856 958	560 002	678 886	0	0
Impostos s/ Parcelas Vendidas	0	5 784	75 300	75 300	114 419	93 893	38 883
Total	2 784 082	3 579 649	18 303 610	9 721 509	52 563 152	5 462 601	284 883

O Quadro 7 identifica, na perspetiva orçamental, as principais componentes do investimento¹⁸ (não incluindo as despesas correntes, i.e., fornecimento e serviços externos e de pessoal), que se assumem serem necessárias para a concretização do SMM.

O que aqui se identifica como “investimento relacionado com funcionamento” refere-se a equipamentos (*hardware/software*) e mobiliário para remodelação ou instalação de novos postos de trabalho, reforço de rede e sistemas informáticos, viaturas operacionais de transporte e *software* dedicado para a monitorização, análise de desempenho e manutenção das infraestruturas.

Os serviços alternativos continuam a operar em 2024, no troço entre Serpins – Portagem, estando prevista a necessidade de um segundo lote de serviços alternativos, decorrente da interrupção da

¹⁸ Do plano de investimento plurianual previsto, resultaram:

- Portaria de Extensão de Encargos n.º 141/2020, de 14 de fevereiro para a empreitada de “desconstrução/reabilitação dos Edifícios A1 e A2, na baixa da cidade de Coimbra” pelo valor de 3.350.000 € (acresce IVA) e duração até 2022. Foi, entretanto, realizada a reprogramação através da Portaria n.º 760/2022, de 11 de novembro, contemplando o valor de 4.276.840,71 € (acresce IVA) e execução até 2023;
- Portaria de Extensão de Encargos n.º 142/2020, de 14 de fevereiro para a fiscalização da execução da empreitada de “desconstrução/reabilitação dos Edifícios A1 e A2, na baixa da cidade de Coimbra” pelo valor de 167.999 € (acresce IVA) e duração até 2022. Foi, entretanto, realizada a reprogramação através da Portaria n.º 759/2022, de 11 de novembro pelo valor de 166.940 € (acresce IVA) e execução até 2023;
- Portaria de Extensão de Encargos n.º 250/2021, de 29 de junho para a “manutenção do contrato de conceção, fornecimento, instalação e manutenção dos sistemas técnicos do Sistema de Mobilidade do Mondego” pelo valor de 3.293.055 € (acresce IVA) e duração até 2028;
- Portaria de Extensão de Encargos n.º 290-A/2021, de 20 de julho para a prestação dos serviços alternativos pelo valor de 2.711.240 € (acresce IVA) e duração até 2023; Portaria de Extensão de Encargos n.º 497/2023, de 21 de setembro para a repartição de encargos decorrentes do contrato para a prestação dos serviços alternativos pelo valor de 2.743.709 € (acresce IVA) e duração até 2025;
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 36/2022, de 1 de abril, relativa à operacionalização do Sistema de Mobilidade do Mondego pelo valor de 68.078.000 € (acresce IVA), correspondente à aquisição e manutenção do material circulante e construção do Parque de Material e Oficinas/Estação de Recolha (PMO) e duração até 2039. Encontra-se em fase de reprogramação financeira e temporal. Atualizado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/2023, de 3 de maio, pela necessidade de alterar a autorização de despesa para cada uma das componentes, contemplando um total de 61.510.000 € (acresce IVA), desagregado em valor de investimento para assessoria a estudos e projetos, a gestão e fiscalização da empreitada até 11.508.000 € (acresce IVA) até 2024, para a aquisição do material circulante e sistema de carregamento de baterias um valor de investimento até 36.459.000 € (acresce IVA) até 2025 e valor de manutenção de 13.543.000 € (acresce IVA), até 2039;
- Encontra-se em fase de programação financeira e temporal um Despacho que formalizará a autorização relativa ao investimento e manutenção dos sistemas de bilhética estimado em 2.810.307 € (este montante inclui IVA) e duração até 2029.

ligação ferroviária entre Coimbra Cidade e Coimbra B, com início previsto durante o ano de 2024, e com duração prevista até ao final de 2025 (i.e., até ao início da operação do SMM neste troço).

De acordo com estes elementos, é possível perceber que, de entre os investimentos mais relevantes nos próximos três anos, se destacam (por ordem de relevância dos montantes envolvidos) a aquisição do material circulante, as atividades associadas à construção do PMO (2 empreitadas), a abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra com a conclusão da empreitada de desconstrução e construção dos edifícios A1 e A2 (Edifício Ponte) e as assessorias e os estudos complementares, conforme já descrito no ponto 4.1.

A despesa plurianual da Metro Mondego encontra-se espelhada no Quadro 8.

Quadro 8 – Orçamento de despesa por fontes de financiamento, na perspetiva orçamental

Despesa por Fonte Financiamento (FF)	2023 - estimativa				2024				2025				2026			
	319	513	482	total	319	513	482	total	319	513	482	total	319	513	482	total
Estrutura	415 118	0	0	415 118	1 500 000	0	0	1 500 000	2 216 544	5 602 519	0	7 819 063	351 913	7 837 965	0	8 189 878
Fornecimentos e Serviços Externos	1 116 295	0	0	1 116 295	2 159 302	0	0	2 159 302	4 848 902	0	0	4 848 902	5 294 097	0	0	5 294 097
Pessoal																
Investimento																
Investimento relacionado com funcionamento	79 950	0	0	79 950	1 006 755	0	0	1 006 755	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimento para exploração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	246 000	0	246 000
Comunicação e Marketing	24 600	0	0	24 600	45 600	0	102 000	147 600	55 000	0	68 000	123 000	0	0	0	0
Serviços Alternativos	1 771 657	0	0	1 771 657	282 133	1 528 324	0	1 810 457	578 550	0	0	578 550	0	0	0	0
Libertação da Baixa	1 146 106	353 089	0	1 499 195	0	2 397 347	0	2 397 347	79 258	0	0	79 258	0	0	0	0
Parque de Material e Oficinas	2 912 335	0	0	2 912 335	0	8 421 754	0	8 421 754	0	0	0	0	0	0	0	0
Bibliotecas	1 184 145	1 184 145	0	2 368 290	0	172 302	0	172 302	0	0	0	0	0	0	0	0
Material Circulante	1 614 325	0	0	1 614 325	0	9 457 970	28 355 661	37 813 631	438 014	979 386	3 170 500	4 587 900	0	0	0	0
Estudos e Assessorias	560 002	0	0	560 002	0	678 886	0	678 886	0	0	0	0	0	0	0	0
Impostos s/ Parcelas Vendidas	0	75 300	0	75 300	0	114 419	0	114 419	66 819	27 074	93 893	0	38 883	0	38 883	
Total	6 297 873	4 955 049	0	11 252 922	4 993 789	14 349 249	36 879 415	56 222 453	8 283 087	6 608 979	3 238 500	18 130 566	5 646 010	8 122 848	0	13 768 858

De acordo com o Quadro 8, é possível perceber que as fontes de financiamento têm origem nas rubricas de receitas próprias (513), transferências da Administração Pública [AP] (319) e Outras – União Europeia (482).

Nas receitas próprias destacamos a venda de parcelas, as receitas tarifárias (de operação dos serviços alternativos, até 2024 e, a partir de 2025, as receitas esperadas no âmbito arranque da operação do SMM), as receitas de IVA e as transferências relativas ao PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos). Nas transferências da Administração Central identificamos como principal fonte as dotações de Orçamento de Estado, que incluirá, naturalmente, as compensações por Obrigação de Serviço Público, a partir de 2025.

A fonte de financiamento relativa a Outras – União Europeia, decorre dos pressupostos associados à candidatura submetida ao Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade (PACS), com taxa de comparticipação máxima de 85% sobre o investimento elegível, para apoio à “[a]quisição de material circulante e do sistema de carregamento de baterias e construção do Parque de Material e Oficinas (PMO) para o Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM)”. Prevê-se que o reembolso das despesas dos investimentos executados até 2023 ocorra em 2024, estimando-se que a execução do projeto se prolongue até ao final deste ano, gerando reembolsos ainda em 2025.

Quadro 9 – Origem de fundos, na perspetiva orçamental

Origem de Fundos	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
IVA	383 296	287 456	1 446 353	679 178	7 871 535	2 247 188	1 154 857
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	70 231	166 595	143 100	151 927	153 700	0	0
Receitas Tarifárias	0	713 161	689 000	753 968	763 200	2 116 655	6 967 992
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	201 299	493 300	961 400	360 000	1 890 150	2 245 136	0
Subvenção Orçamento de Estado	4 714 648	5 314 648	3 514 648	3 514 648	4 993 789	1 188 685	0
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	0	0	0	7 094 402	5 646 010
Fundos Comunitários	0	0	8 093 686	0	36 879 415	3 238 500	0
Saldo de Gerência	0	0	5 248 439	5 793 201	3 670 664	0	0
Outros	0	2 609	0	0	0	0	0
Total	5 369 474	6 977 769	20 096 627	11 252 922	56 222 453	18 130 566	13 768 858

As demonstrações financeiras são apresentadas no Capítulo 6 – Informação Financeira.



5. Recursos humanos

O sucessivo aumento das responsabilidades a cargo da MM obriga ao correspondente reforço na dotação em recursos humanos da empresa, bem como, nas situações devidamente enquadradas no presente documento, a existência pontual de contratação de serviços especializados. Para 2024 mantém-se a necessidade do reforço da equipa, em linha com planos anteriores, seguindo a evolução plurianual da estrutura de Recursos Humanos da MM, com aumento até 2025, conforme se reproduz no Quadro 10.

Quadro 10 – Quadro de pessoal

	2010 (1)	2019 (1)	2020	2021	2022	2023 (2)	2024	2025	2026	Variação 2019-2026	Total
Conselho de Administração	7	3								0	0
Gabinete de Apoio à Administração	1	1								0	0
Gabinete TI							1			1	0
Gabinete Jurídico			1			1				2	0
Gabinete QAS						1				1	0
Direção Administrativa e Financeira	3	1	1		1					2	0
Direção de Recursos Humanos				1			1			2	0
Direção Técnica	6	4		2		1				3	0
Direção de Operações						1	64	42		107	0
Direção de Comunicação e marketing	3	2		1						1	0
Variação	-	-9	2	4	1	4	66	42	0	119	0
Total Quadro Pessoal	20	11	13	17	18	22	88	130	130	-	130

(¹) Diferente dos restantes (que apresentam variações no ano) os anos de 2010 e de 2019 apresentam o total de recursos existentes.
(²) Um recurso encontra-se em licença sem vencimento.

Com a entrada em operação do troço entre Serpins – Portagem em finais de 2024, prevê-se para este ano a admissão de 66 novos colaboradores, entre os quais 64 para integrar a Direção de operações (4 técnicos superiores, 10 Reguladores e 50 Motoristas). Tal justifica o reforço da Direção de Recursos Humanos prevista. Em 2025, com a entrada em serviço da Linha do Hospital e da ligação Portagem - Coimbra B, fica completa a entrada em operação do SMM, pelo que o quadro de pessoal da empresa terá que ser reforçado com 42 admissões (correspondendo a 4 Reguladores e 38 Motoristas).

O Quadro 11 apresenta a evolução dos Recursos Humanos desagregados por categoria em 2024.

Quadro 11 – Evolução dos Recursos Humanos em 2024

Grupo Profissional	Situação a			Movimentos de Pessoal 2024						Situação a	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	Saídas esperadas (reformas + outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade, cedência, licença	Autorizações de recrutamento concedidas em anos anteriores	Substituições de saídas (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo de normativo legal	Autorizações de recrutamento solicitadas	Orçamento	
	Efetiva	Efetiva	Estimativa								[1]
Órgãos Sociais	0	0	0	0	0						0
Conselho de Administração	3	3	3	0							3
Dirigente intermédio 1º Grau	2	2	3	0		1					4
Dirigente intermédio 2º Grau	0	0	0	0							0
Técnicos Superiores	12	13	16	1	1	5					21
Assistente Técnico	0	0	0	0							0
Regulador	0	0	0	0		10					10
Motoristas	0	0	0	0		50					50
Total	17	18	22	1	1	66	0	0	0		88
RH aprovado submetido em SOE	17	22	42								88
Despacho n.º 303_2021_SET	4	-	-								
Despacho n.º 225_2022_SET	-	5	-								
Despacho n.º 181_2023_SET	-	-	12								
Aprovação Despacho SET	-	-	-								-
Variação [autorizado-admitido]	0	4	8								

De referir que no Anexo D – Demonstrações Financeiras UTAM consta um quadro adicional relacionado com os recursos humanos.

No que se refere ao cronograma das admissões ao longo de 2024, está previsto o seguinte: 2 colaboradores no 1º trimestre (Motoristas); 2 colaboradores no 2º trimestre (1 Responsável de Tecnologias de Informação e 1 Técnico de Recursos Humanos¹⁹) 13 colaboradores no 3º trimestre (2 Técnicos de Operação, 1 Responsável de Posto de Comando Central, 2 Reguladores e 8 Motoristas); e, finalmente, 49 colaboradores no 4º trimestre (1 Responsável de Posto Comando Central, 8 Reguladores e 40 Motoristas).

Para 2025, apesar do grau de incerteza subjacente, está prevista uma admissão global de 42 colaboradores, dos quais 29 deverão ser admitidos no 1º trimestre (4 Reguladores e 25 Motoristas) e 13 no 2º trimestre (13 Motoristas).

De modo transversal, estão previstas nos encargos associados as responsabilidades da empresa com a formação dos colaboradores e demais garantias de igualdade de oportunidades. Por outro lado, dando pleno cumprimento ao disposto no n.º 1, do artigo 7º, da Lei 62/2017, de 1 de agosto, a MM possui o Plano de Igualdade atualizado, ao qual foi dada ampla divulgação interna e externa, incluindo a disponibilização no sítio na Internet da empresa²⁰.

¹⁹ Prevê-se a admissão de um Responsável de Comunicação e *Marketing* mas que não envolve um novo posto de trabalho porque já existe na empresa (o recurso encontra-se em licença sem vencimento).

²⁰ O plano de Igualdade é atualizado anualmente e submetido, em agosto, na plataforma <https://planosigualdade.cite.gov.pt/> de acordo com a legislação em vigor. Este Plano também é disponibilizado anualmente no *site* da MM, podendo ser consultado a partir do link <https://metromondego.pt/pt/documentos>.

Apresenta-se, no Quadro 13, uma síntese dos encargos da MM com recursos humanos e equiparados, nos quais se agregam os custos remuneratórios, nomeadamente remunerações base, despesas de representação, e outros encargos com o pessoal, tais como os custos relacionados com seguro de saúde, seguro de acidentes de trabalho e formação.

Quadro 12 – Custos com pessoal

	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Var 2024/2023		Var 2024/2022	
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento	valor	%	valor	%
Gastos totais com pessoal											
(1)=(a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)	617 133	702 311	1 298 156	1 123 999	2 208 122	4 912 215	5 363 525	1 084 123	96,5%	1 505 811	214,4%
(a) Gastos com órgãos sociais	200 823	205 020	215 838	250 216	306 267	321 065	336 514	56 051	22,4%	101 247	49,4%
(b) Gastos com cargos de direção	101 998	109 688	241 217	164 416	299 594	333 355	349 579	135 177	82,2%	189 906	173,1%
(c) Remuneração do pessoal	297 793	372 430	796 814	676 548	1 475 980	4 017 845	4 415 272	799 432	118,2%	1 103 550	296,3%
(i) vencimento base + s. férias + s. natal	288 495	358 936	773 360	653 579	1 285 385	3 438 740	3 784 272	631 806	96,7%	926 448	258,1%
(ii) outros subsídios	9 299	13 494	23 453	22 969	190 595	579 105	631 000	167 626	729,8%	177 101	1312,4%
...impacto reduções remuneratórias	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	-
(d) Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	-
(e) Restantes encargos	16 519	15 173	44 287	32 819	126 282	239 950	262 159	93 463	284,8%	111 109	732,3%
(f) Rescisões /indenizações	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	-
Designação											
Nº total de RH (OS+Cargos Direção+Trabalhadores)	17	18	30	22	88	130	130	66	300,0%	70	388,9%
Nº Órgãos Sociais	3	3	3	3	3	3	3	0	0,0%	0	0,0%
Nº Cargos Direção s/ OS	2	2	4	3	4	4	4	1	33,3%	2	100,0%
Nº de Trabalhadores sem OS e sem Cargos Direção	12	13	23	16	81	123	123	65	406,3%	68	523,1%
Gastos com Dirigentes/Gastos com Pessoal (*)	34,3%	44,5%	30,3%	24,3%	20,3%	8,3%	7,9%				
Incremento anual	4	1	12	4	66	42	0				

(*) Um trabalhador em licença sem vencimento

Declara-se a inexistência de benefícios pós-emprego.

Conforme se pode constatar pela leitura do Quadro 12, de acordo com o planeamento em curso, o incremento de custos com pessoal em 2024 e 2025 está associado, no essencial, às admissões previstas de Reguladores e Motoristas para permitir o início da operação (em 2024) e as fases subsequentes que completam a operação plena do SMM (em 2025). Prevê-se, igualmente, um período inicial de formação para adequação aos sistemas, regras e segurança que a operação exige. Para 2026 não estão previstas admissões. Para uma mais completa interpretação da evolução do Quadro de Pessoal da MM e respetivos encargos associados, no quadro 13 autonomizam-se os custos marginais decorrentes das admissões, no ano em que ocorrem. Representam o acréscimo de valor que nesse ano implicam para a massa salarial.²¹

²¹ Para uma leitura das estimativas de custo que as admissões representam para um ano completo, poderá ser consultado o Anexo H, nomeadamente o Quadro H1.

Quadro 13 – Evolução marginal dos encargos anuais com novas admissões (gastos das admissões)

	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Gastos totais com contratações	43 754	5 163	434 222	192 008	916 485	1 248 946	0
(a) Gastos com Órgãos Sociais	0	0	0	35 083	0	0	0
(b) Gastos com cargos de direção	0	0	87 572	18 047	55 602	0	0
(c) Remuneração do pessoal	36 553	4 886	256 247	133 073	761 364	1 178 138	0
(i) vencimento base + s. férias + s. natal	35 014	4 734	247 328	125 931	597 879	965 521	0
(ii) outros subsídios	1 538	153	8 919	7 142	163 485	212 617	0
(e) Restantes encargos	7 202	276	90 403	5 805	99 518	70 807	0
Nº Cargos Direção s/ OS	0	0	2	1	1	0	0
Nº de Trabalhadores sem OS e sem Cargos Direção	4	1	10	3	65	42	0

Os gastos que se prevê virem a ser gerados pela Administração e Órgãos Sociais são apresentados no Quadro 14.

Quadro 14 – Encargos com administração e órgãos sociais

	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Remunerações	200 823	205 020	215 838	247 898	303 395	318 056	333 361
Combustíveis	4 509	5 915	10 983	10 902	17 284	17 284	17 284
Despesas em Representação	1 603	1 777	3 000	3 000	3 600	3 600	4 200
Comunicações	1 518	1 241	1 920	1 920	2 880	2 880	2 880
Deslocações e Estadas	3 759	5 466	10 400	10 481	9 150	8 850	8 700
Aluguer Operacional	6 984	13 517	18 593	16 602	24 460	24 460	24 460
Outros	304	0	150	150	150	11 550	150
Total	219 500	232 936	260 884	290 953	360 919	386 680	391 034

O acréscimo de gastos a partir de 2023 está diretamente relacionado com a alteração da composição do Conselho de Administração²², as condições remuneratórias fixadas e demais regalias ou benefícios atribuídos. O aluguer operacional previsto resulta da substituição de 2 viaturas (uma no final de 2021 e outra em 2023)²³ com mais de 10 anos. Mediante a recente alteração na composição do Conselho de Administração, com a inclusão de um novo membro executivo, e em sintonia com as regalias atribuídas, está prevista uma nova viatura em regime AOV.

No que respeita aos gastos com os Recursos Humanos da MM e equiparados, a evolução no Quadro de Pessoal está diretamente associada ao aumento com remunerações e gastos associados, como a formação, comunicações, deslocações e estadas, tal como se detalha no

²² A 15 de setembro de 2023, por Deliberação Social Unânime por Escrito, o CA da MM passou a ser constituído por 3 administradores executivos, dos quais um é o Presidente, sendo que anteriormente a esta alteração um dos 3 elementos do CA exercia apenas funções não executivas.

²³ A receção da segunda viatura elétrica em regime AOV possibilitou entregar a viatura de empréstimo pela Metro do Porto.

Quadro 15. De notar que a informação aqui apresentada tem em conta o plano de admissões já apresentado anteriormente, com o correspondente incremento dos custos com remunerações em 2024, 2025 e 2026.

Quadro 15 – Encargos com recursos humanos e equiparados

	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Remunerações	414 939	493 942	1 064 318	858 566	1 844 817	4 520 406	4 949 647
Formação	1 371	3 349	18 000	17 536	59 910	73 753	80 517
Combustíveis	731	1 307	4 200	4 200	5 400	5 400	5 400
Despesas Representação	45	320	1 800	1 800	2 400	2 400	2 400
Comunicações	915	3 663	7 440	6 404	10 848	10 848	10 848
Deslocações e Estadas	137	552	9 645	9 645	10 620	8 220	7 945
Outros	2	6	60	6 269	6 060	6 060	6 060
Total	418 140	503 138	1 105 463	904 419	1 940 055	4 627 087	5 062 817

No que se refere à qualificação dos colaboradores da MM, são promovidos processos de melhoria contínua para obtenção continuada de ganhos de eficiência, inovação e motivação enquadrados nos objetivos e necessidades da empresa. Desde 2022, com o reforço da estrutura de recursos humanos, tem sido conferida prioridade ao planeamento e à execução do plano de formação. Este plano inclui, desde logo, uma partilha de conhecimento interna, visando melhorar as competências técnicas, operacionais, comportamentais e de trabalho em equipa. Anualmente é efetuado o levantamento das necessidades de formação, junto dos colaboradores e das Direções, de acordo com os objetivos estratégicos da MM. As formações frequentadas em anos anteriores são objeto de avaliação, visando aferir a adequabilidade e o seu eventual reforço.

Para 2024, a MM, pretende dar continuidade ao planeamento formativo e à sua implementação, de acordo com a estratégia referida. Neste contexto, a MM pretende reforçar parcerias com entidades externas, no âmbito de intervenção de temáticas de interesse particular para a empresa, promovendo formação à distância, presencial e mista, ajustada à medida, e ainda a aquisição de serviços de formação que se coadunem com os princípios da modernização no contexto de trabalho e a formação interna ministrada por colaboradores das várias áreas.

Os objetivos estratégicos identificados para os próximos anos inserem-se nas seguintes temáticas:

- **Desenvolvimento de competências técnicas e operacionais:** visando fortalecer as competências técnicas e operacionais da equipa, garantindo que todos os colaboradores estão atualizados com as melhores práticas e inovações nas suas áreas de atuação. Inclui formação técnica especializada e adoção de novas tecnologias.

- **Desenvolvimento comportamental e trabalho em equipa:** com o objetivo de promover um ambiente de trabalho colaborativo e eficaz, incluindo ações que incentivem a integração entre equipas e direções, visando melhorias ao nível da comunicação, da capacidade de resolução de conflitos e promoção da colaboração.
- **Formação inicial para Direção de Operações:** considerando a especificidade da área de operações, está prevista formação inicial abrangente para os colaboradores que venham a integrar esta Direção, incluindo formações específicas sobre procedimentos, normas de segurança, novas aplicações informáticas e equipamentos.

No que se refere ao Plano de Ações para 2024, 2025 e 2026, importa destacar:

- **Formação técnica e operacional avançada:** Implementação de programas de formação técnica e operacional avançada, envolvendo especialistas internos e externos. Esta formação deve concentrar-se em áreas críticas, como automação e otimização de processos.
- **Desenvolvimento comportamental:** reforço do desenvolvimento comportamental, abrangendo temas como liderança, resolução de conflitos, comunicação eficaz e gestão do tempo.
- **Formação em equipamentos e *softwares* específicos:** Com a entrada em operação serão adquiridos equipamentos e sistemas específicos que requerem formação especializada das equipas diretamente envolvidas (operação e manutenção).
- **Avaliação de competências:** Definição de processos de avaliação regulares de competências para tornar mensurável a avaliação do progresso e tornar mais simples a identificação de áreas de melhoria.
- **Programa de mentoria e tutoria:** conceção de um programa de mentoria interno, onde colaboradores experientes poderão orientar os novos colaboradores no desenvolvimento de competências técnicas, operacionais e comportamentais.

Durante os próximos anos deverão ser realizadas avaliações regulares de medição do impacto das ações implementadas. Pretende-se direcionar a formação para as áreas que promovam valor acrescentado para a empresa nas suas mais variadas vertentes de atuação, quer internas, quer externas.

6. Informação financeira

A evolução das responsabilidades e compromissos projetados para o triénio 2024-2026, em coerência com o cronograma ajustado para a implementação do SMM, mantém os objetivos enunciados no planeamento proposto pela MM e aprovado no âmbito do PAO 2023²⁴. Em conformidade, também a evolução considerada para as fontes de financiamento segue uma linha de continuidade, conforme se apresenta nos Quadros infra, relativos às óticas da Contabilidade Financeira e da Contabilidade Orçamental²⁵, respetivamente, tendo-se procedido em sintonia com as orientações gerais, que possibilitaram a submissão no Sistema de Orçamento do Estado (SOE), e as orientações específicas, que permitem apresentar o planeamento plurianual conforme descrevemos.

Quadro 16 – Fontes de financiamento, na perspetiva financeira

Origem de Fundos	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	99 755	135 917	135 000	143 327	145 000	0	0
Receitas Tarifárias	157 120	678 626	650 000	711 291	720 000	1 993 144	6 567 532
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	199 300	349 300	961 400	360 000	1 890 150	2 245 136	0
Subvenção Orçamento de Estado	4 714 648	5 314 648	3 514 648	3 514 648	4 993 789	1 188 685	0
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	0	0	0	7 094 402	5 646 010
Fundos Comunitários	0	0	8 093 686	0	36 879 415	3 238 500	0
Saldo de Gerência	0	0	5 248 439	5 793 201	3 670 664	0	0
Outros		2 609		0	0	0	0
Total	5 170 824	6 481 100	18 603 173	10 522 467	48 299 018	15 759 868	12 213 542

Quadro 17 – Fontes de financiamento, na perspetiva orçamental

Origem de Fundos	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
IVA	383 296	287 456	1 446 353	679 178	7 871 535	2 247 188	1 154 857
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	70 231	166 595	143 100	151 927	153 700	0	0
Receitas Tarifárias	0	713 161	689 000	753 968	763 200	2 116 655	6 967 992
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	201 299	493 300	961 400	360 000	1 890 150	2 245 136	0
Subvenção Orçamento de Estado	4 714 648	5 314 648	3 514 648	3 514 648	4 993 789	1 188 685	0
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	0	0	0	7 094 402	5 646 010
Fundos Comunitários	0	0	8 093 686	0	36 879 415	3 238 500	0
Saldo de Gerência	0	0	5 248 439	5 793 201	3 670 664	0	0
Outros	0	2 609	0	0	0	0	0
Total	5 369 474	6 977 769	20 096 627	11 252 922	56 222 453	18 130 566	13 768 858

De notar que em 2024, com o início da operação do SMM, projeta-se o início de uma nova fase da MM, em que passa a ter peso, como fonte de financiamento, a receita resultante da venda de títulos de transporte (receitas tarifárias), diminuindo as que advinham dos serviços rodoviários

²⁴ Aprovado através do Despacho n.º 252/2022-SET, de 18 de agosto de 2022, pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

²⁵ Reforça-se a existência de diferenças entre a realidade financeira e a realidade orçamental, em particular em Entidades Públicas Reclassificadas no Regime Simplificado, resultando em ligeiras divergências (não coincidências) de valores em Pessoal e FSE, dependendo da perspetiva que se observa, ou em valor absoluto do investimento, uma vez que, por norma, a realidade orçamental apresenta valores com IVA enquanto o mesmo já não se verifica na realidade financeira.

alternativos. Estas receitas de operação do SMM só se iniciam, previsivelmente, a partir de 2025 (ano em que também já não é esperado obter receitas pela operação dos serviços alternativos).

A MM não tem endividamento bancário desde 2014. Para o horizonte do triénio 2024-2026 prossegue-se com esta prática, i.e., não estão previstos quaisquer passivos financeiros bancários.

Os quadros seguintes resumem as origens e as aplicações de fundos orçamentados para o triénio 2024-2026, na ótica da contabilidade financeira e na ótica da contabilidade orçamental, respetivamente.

Salientamos duas novas fontes de financiamento:

- A partir de 2024, o cofinanciamento comunitário (através de uma candidatura, já submetida, em fase de apreciação, ao Programa para Ação Climática e Sustentabilidade [PACS]) com incidência no investimento com a “Aquisição de material circulante e do sistema de carregamento de baterias e construção do Parque de Material e Oficinas (PMO) para o Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM)”;
- a partir de 2026 a compensação por obrigações de serviço público, na sequência da entrada em serviço do SMM, parcialmente em 2024 e na sua totalidade no final de 2025.

Quadro 18 – Origem e aplicação de fundos, na perspetiva financeira

Origem de Fundos	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	99 755	135 917	135 000	143 327	145 000	0	0
Receitas Tarifárias	157 120	678 626	650 000	711 291	720 000	1 993 144	6 567 532
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	199 300	349 300	961 400	360 000	1 890 150	2 245 136	0
Subvenção Orçamento de Estado	4 714 648	5 314 648	3 514 648	3 514 648	4 993 789	1 188 685	0
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	0	0	0	7 094 402	5 646 010
Fundos Comunitários	0	0	8 093 686	0	36 879 415	3 238 500	0
Saldo de Gerência	0	0	5 248 439	5 793 201	3 670 664	0	0
Outros		2 609		0	0	0	0
Total	5 170 824	6 481 100	18 603 173	10 522 467	48 299 018	15 759 868	12 213 542

Aplicação de Fundos	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Estrutura							
Fornecimento Serviços Externos	142 283	192 006	412 683	337 733	1 188 610	6 314 322	6 611 135
Pessoal	617 133	702 311	1 298 156	1 123 999	2 208 122	4 912 215	5 363 525
Investimento relacionado com funcionamento	18 805	71 005	555 000	65 000	818 500	0	0
Investimento para operação	0	0	0	0	0	0	200 000
Investimento							
Comunicação e Marketing	9 239	10 500	20 000	20 000	120 000	100 000	0
Serviços Alternativos	1 251 206	1 588 114	1 642 160	1 642 160	1 677 160	545 000	0
Baixa de Coimbra	758 157	890 703	3 037 593	1 468 021	2 335 381	64 437	0
Parque de Materiais e Oficinas	271 652	169 317	5 799 658	2 840 434	8 371 865	0	0
Bilhética	0	0	1 332 237	1 182 075	170 232	0	0
Material Circulante	0	296 719	3 732 326	1 312 459	30 742 789	3 730 000	0
Estudos e Assessorias	176 226	95 519	698 060	455 287	551 940	0	0
IRC (s/ Venda Parcelas)	0	5 784	75 300	75 300	114 419	93 893	38 883
Total	3 244 702	4 021 980	18 603 173	10 522 467	48 299 018	15 759 868	12 213 542

Quadro 19 – Origem e aplicação de fundos, na perspetiva orçamental

Origem de Fundos	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
IVA	383 296	287 456	1 446 353	679 178	7 871 535	2 247 188	1 154 857
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	70 231	166 595	143 100	151 927	153 700	0	0
Receitas Tarifárias	0	713 161	689 000	753 968	763 200	2 116 655	6 967 992
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	201 299	493 300	961 400	360 000	1 890 150	2 245 136	0
Subvenção Orçamento de Estado	4 714 648	5 314 648	3 514 648	3 514 648	4 993 789	1 188 685	0
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	0	0	0	7 094 402	5 646 010
Fundos Comunitários	0	0	8 093 686	0	36 879 415	3 238 500	0
Saldo de Gerência	0	0	5 248 439	5 793 201	3 670 664	0	0
Outros	0	2 609	0	0	0	0	0
Total	5 369 474	6 977 769	20 096 627	11 252 922	56 222 453	18 130 566	13 768 858

Aplicação de Fundos	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Estrutura							
Fornecimentos e Serviços Externos	171 913	222 137	500 000	415 118	1 500 000	7 819 063	8 189 878
Pessoal	614 513	720 569	1 293 017	1 116 295	2 159 302	4 848 902	5 294 097
Investimento							
Investimento relacionado com funcionamento	23 064	93 464	642 400	79 950	1 006 755	0	0
Investimento para operação	0	0	0	0	0	0	246 000
Comunicação e Marketing	9 741	8 327	24 600	24 600	147 600	123 000	0
Serviços Alternativos	1 450 597	1 713 614	1 771 657	1 771 657	1 810 457	578 550	0
Libertação da Baixa	778 540	896 138	3 090 546	1 499 195	2 397 347	79 258	0
Parque de Materiais e Oficinas	334 067	379 870	5 917 081	2 912 335	8 421 754	0	0
Bilhética	0	0	1 334 307	1 184 145	172 302	0	0
Material Circulante	0	364 965	4 590 761	1 614 325	37 813 631	4 587 900	0
Estudos e Assessorias	188 073	117 488	856 958	560 002	678 886	0	0
Impostos s/ Parcelas Vendidas	0	5 784	75 300	75 300	114 419	93 893	38 883
Total	3 570 508	4 522 356	20 096 627	11 252 922	56 222 453	18 130 566	13 768 858

6.1. Atividade operacional

Apresenta-se em seguida a repartição dos gastos na lógica analítica interna (encontram-se refletidas na perspetiva financeira).

Quadro 20 – Gastos por centro de custo²⁶

	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Gestão e Órgãos Sociais	219 500	232 936	260 884	290 953	360 919	386 680	391 034
Recursos Humanos e Equiparados ¹	418 140	503 138	1 105 463	904 419	1 850 055	4 507 087	4 942 817
Funcionamento - Estrutura Gestão ²	121 451	158 243	317 654	261 426	681 247	958 299	942 379
Funcionamento - Estrutura Operação	0	0	26 838	4 934	504 511	5 374 471	5 698 429
Total	759 091	894 317	1 710 840	1 461 732	3 396 731	11 226 537	11 974 660

¹ Inclui formação

² Inclui Comunicação e Marketing

No Quadro 20 os gastos são apresentados na lógica analítica interna agrupados pela sua natureza.

A leitura desta informação deve ter em conta que:

²⁶ Não incorpora custos de investimento nem amortizações.

- i. os gastos com a gestão e órgãos sociais referem-se ao grupo que integra os Administradores²⁷ (executivos e não executivo até 14 de setembro 2023) e o funcionamento da Assembleia Geral (senhas de presença) e demais custos remuneratórios e gastos gerados nas suas deslocações e estadas, representações, comunicações, combustíveis e utilização de viaturas. Para além da alteração da composição do Conselho de Administração e impacto direto remuneratório implícito, a variação isolada deste efeito, ao longo dos anos explica-se pela necessidade de ajustar o incremento de atividade a um maior volume de custos de deslocação e representação;
- ii. os gastos em recursos humanos e equiparados, agregam os gastos do pessoal (excluindo gestão e órgãos sociais), nomeadamente os custos remuneratórios e os custos de funcionamento que lhes possam estar diretamente associados (e.g., comunicações, deslocações e estadas e combustíveis). O crescimento continuado destes gastos em 2024, 2025 e 2026, assenta fundamentalmente no crescimento da estrutura de pessoal, em particular a estrutura de operação e respetivos custos remuneratórios e custos de funcionamento (comunicações, deslocações e estadas e combustíveis). A formação encontra-se aqui incluída por ser destinada, no essencial, a este grupo;
- iii. os encargos agregados sob a designação funcionamento representam todos os custos de estrutura da empresa que não estão alocados a um departamento ou colaborador específico sendo, portanto, transversais. Aqui, tendo em conta a projetada entrada em operação do SMM (e a inclusão de custos alocados diretamente à operação, mas também pelo peso significativo que assumem), considerou-se adequado efetuar a distinção entre funcionamento de gestão e funcionamento de operação. Nos custos de funcionamento de gestão são identificados os custos com a renda do edifício sede, telecomunicações gerais, atualização de *software*, limpeza, manutenção do edifício sede ou de viaturas de utilização geral, material de escritório, ou os custos com ações de comunicação e *marketing*, entre outros. Nos custos de funcionamento de operação podem ser encontrados custos como seguros (material circulante, PMO, estações, via, entre outros), energia para veículos e PMO, relacionados com bilhética

²⁷ Como referido anteriormente, na sequência de uma Declaração Social Unânime por Escrito (DSUE), a composição do Conselho de Administração passou a incluir o presidente e dois vogais executivos, com efeitos a 15 de setembro de 2023.

(comissões, abastecimento e recolha de valores), telecomunicações (rede móvel), manutenção do material circulante e manutenção das infraestruturas;

Importa ainda referir que os gastos considerados no âmbito da gestão e órgãos sociais decorrem do estatuto remuneratório aprovado em Declaração Social Unânime por Escrito, de 15 de setembro de 2023²⁸.

Na MM não existem benefícios pós-emprego.

As despesas de funcionamento registam um aumento no triénio, o que deve ser compreendido pela maior dimensão da estrutura, mas também pela entrada em serviço do SMM.

O Orçamento de Exploração é apresentado no Quadro 22.

Quadro 21 – Orçamento de exploração

	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Pessoal	617 133	702 311	1 298 156	1 123 999	2 208 122	4 912 215	5 363 525
Fornecimento e Serviços Externos	141 958	192 006	412 683	337 733	1 188 610	6 314 322	6 611 135
Investimento relacionado com funcionamento	18 805	71 005	555 000	65 000	818 500	0	0
Investimento para Operação	0	0	0	0	0	0	200 000
Total	777 896	965 323	2 265 840	1 526 732	4 215 231	11 226 537	12 174 660

Para o triénio de 2024-2026, no que se refere à rubrica Investimento relacionado com funcionamento, está contemplada a despesa, conforme já referido anteriormente no ponto 4.2, associada à disponibilização dos postos de trabalho (*hardware/software* e mobiliário) decorrentes das novas admissões e a atualização faseada de equipamentos (*hardware/software*) existentes (cujos valores se estimam em 113 500 € para 2024²⁹).

Para 2024 está ainda prevista a aquisição de *hardware* e *software* específico da direção técnica para controlo e manutenção de infraestruturas de longa duração e *software* de *Business Intelligence* de monitorização do SMM (615 000 €). Por fim, ainda para 2024, está contemplada a aquisição de viaturas operacionais necessárias ao desempenho das atividades diárias (90 000 €).

A leitura dos valores inscritos no Orçamento de Exploração permite confirmar a relevância do projetado reforço da estrutura de pessoal que, por sua vez, tem implicações diretas na rubrica de FSE. Assim, embora em 2022 e 2023 se assinale um crescimento moderado, a partir de 2024, com os preparativos relacionados com a entrada em serviço do SMM (em 2024), as variações são naturalmente de maior amplitude. Por outro lado, este crescimento estrutural está também devidamente articulado com o investimento em curso, de modo que a capacidade produtiva

²⁸ Até aqui encontravam-se definidas em Assembleia Geral, de 24 de julho de 2019.

²⁹ Inclui 60 000 € em mobiliário para o PMO.

instalada possa dar resposta às novas atividades que, até muito recentemente, não existiam, bem como às atividades associadas à operação de serviços de transporte público de passageiros.

Quadro 22 – Evolução dos custos com pessoal, FSE e volume de negócios

	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Var 2024/2013		Var 2024/2022	
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento	valor	%	valor	%
CMVMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FSE	141 958	192 006	412 683	337 733	1 188 610	6 314 322	6 611 135	850 877	251,9%	996 603	519,0%
Deslocações e estadas	3 896	6 017	20 045	20 126	19 770	17 070	16 645	-356	-1,8%	13 753	228,5%
Ajudas de custo	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-
Comunicações	4 421	6 890	13 260	12 224	18 108	19 308	19 908	5 884	48,1%	11 218	162,8%
Pessoal	617 133	702 311	1 298 156	1 123 999	2 208 122	4 912 215	5 363 525	1 084 123	96,5%	1 505 811	214,4%
Gastos Operacionais	759 091	894 317	1 710 840	1 461 732	3 396 731	11 226 537	11 974 660	1 934 999	132,4%	2 502 414	279,8%
Volume de Negócios	-	-	-	-	1 288 750	11 309 612	12 175 853	-	-	-	-
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0	7 094 402	5 646 010	-	-	-	-

A evolução crescente das despesas de funcionamento (cf. Quadro 22) justifica-se pelo incremento de atividade e da estrutura de pessoal bem como da nova composição da estrutura da operação que o SMM impõe. Os custos com deslocações sofrem um crescimento, quando comparados com anos anteriores, não só pelas visitas técnicas a sistemas similares, mas também em resultado do acompanhamento e fiscalização do contrato de fornecimento de material circulante. Identifica-se ainda um acentuado crescimento com os custos com tecnologias de informação, diretamente ligados às licenças imprescindíveis do *software* existente (*ERP Primavera*, *Faturação Eletrónica*, *Filedoc*, *Autocad*, *VMware*, *Firewall*, *Rapid Recovery*, *Backup*, *Antivirus*, *Office 365* e suporte específico), assim como o incremento no número de licenças decorrente do crescimento da estrutura e de outras necessidades de licenciamento adicionais associadas a novas funções desempenhadas pela empresa (e.g., *software* de manutenção, de otimização da produção de transporte, de escalamento de pessoal, de escalamento de veículos, etc.). Diretamente relacionado com este aumento, assistimos à revisão em alta da prestação de serviços de informática pelo incremento de atividade, maior número de postos de trabalho e mais sistemas complementares (como o sistema de bilhética, que está previsto entrar em serviço em 2024).

Os custos com publicidade e *marketing* decorrem do plano referido no ponto 4.1.6.

Quadro 23 – Despesas de funcionamento

	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
FSE's Estrutura de Gestão							
Eletricidade	4 161	7 655	9 900	9 900	13 200	14 400	14 400
Água	308	542	900	900	1 500	1 560	1 680
Ferramentas Utens. desgaste rápido	159	1 390	1 800	1 800	1 800	1 800	1 800
Livros e doc. técnica	133	21	1 200	1 200	2 400	2 400	2 400
Material de escritório	2 086	586	1 850	1 850	3 300	3 300	3 300
Rendas e alugueres	40 741	40 973	42 562	42 562	44 952	47 042	48 594
Comunicações	1 988	1 987	3 900	3 900	4 380	5 580	6 180
Aluguer Operacional				2 850	11 400	11 400	11 400
Seguros	2 114	1 839	2 250	2 250	4 200	4 200	4 200
Conservação e reparação	5 411	2 462	12 300	9 787	11 400	12 600	12 600
Limpeza	5 440	5 889	7 200	7 200	7 800	8 400	9 000
Contencioso e notariado	915	766	4 800	4 800	3 000	3 000	3 000
Vigilância e segurança	1 286	948	1 250	1 250	1 750	1 750	1 750
Auditoria	11 743	11 743	12 342	12 342	18 000	18 000	18 000
Assessoria Jurídica				6 209	6 000	6 000	6 000
Informática	14 600	14 780	14 760	14 760	38 250	42 000	42 000
Tecnologias de informação	26 666	18 152	48 000	45 400	54 400	70 900	71 400
Publicidade e Marketing	2 717	45 945	90 000	90 000	90 000	120 000	120 000
FSE's Operação							
Seguros			798	0	157 361	320 704	329 025
Edifícios, informática, telecomunicações			22 232	0	7 500	50 000	50 000
Deslocações, viaturas, representação			17 491	0	0	0	0
Formação			10 756	0	0	0	0
GQAS			0	0	82 654	53 663	14 650
Consultorias e Assessorias			0	0	25 000	50 000	50 000
Custos indiretos (Motoristas)			0	0	14 456	67 851	76 402
Custos indiretos (Reguladores)			0	0	2 863	14 701	15 440
Planeamento operacional - licenças de software			0	0	0	26 367	26 921
Venda de títulos			0	0	7 033	79 545	81 215
Fiscalização de títulos			0	0	8 057	143 807	162 818
Energia para veículos			2 606	2 500	122 880	1 270 547	1 368 281
Energia para estações e PMO			10 310	2 434	23 527	248 793	259 610
Limpeza de estações, veículos e PMO			833	0	23 672	342 764	376 882
Vigilância e segurança de passageiros			0	0	12 790	228 266	258 442
Vigilância e segurança de PMO			9 952	0	28 278	153 985	157 219
Comissões e custos de suporte da bilhética			0	0	9 830	188 188	215 197
Bilhética - Abastecimento e recolha de valores			0	0	8 769	156 511	177 202
Telecomunicações - rede móvel nos veículos			396	0	21 746	175 313	178 995
Manutenção Material Circulante							
Veículos - manutenção corrente			1 169	0	51 274	547 653	602 165
Veículos - substituição de baterias			305	0	13 382	142 928	157 155
Manutenção de Infraestrutura							
Gestão de manutenção - ferramentas informáticas			0	0	0	21 094	21 537
Infraestrutura de via			0	0	32 254	365 847	373 529
infraestrutura das estações			0	0	3 525	55 371	56 534
Sistemas técnicos			0	0	39 759	649 506	663 146
Bilhética			0	0	43 424	337 308	308 292
Infraestruturas de energia			1 267	0	34 955	145 655	148 714
Infraestruturas do PMO			0	0	2 036	12 470	12 731
Outros custos operacionais	983	2 565	11 364	2 466	1 000	1 000	1 000
Total	121 451	158 243	344 492	266 360	1 095 758	6 224 170	6 520 808

No Quadro 23, a evolução crescente dos custos com a operação do sistema está associada ao início da operação do SMM, prevista ocorrer em 3 fases distintas no período 2024 - 2026, conforme referido anteriormente. Os montantes apresentados enquanto custos de operação não

têm, naturalmente, histórico de execução, tendo por base as melhores estimativas efetuadas assumindo como referência os preços que julgamos ser os aplicáveis ao nosso sistema.

No que se refere à frota automóvel, a MM detém atualmente uma viatura ligeira de passageiros de 2012 (foi vendida a viatura de 2009 com a chegada em maio da segunda viatura em AOV). Encontra-se instruído o pedido para aquisição em regime AOV de viatura todo-o-terreno, junto da ESPAP, dando cumprimento ao Despacho nº 303/2021-SET³⁰, de 6 de abril, emitido pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro. Igualmente, para o exercício de 2024 está identificada a necessidade de aquisição de, pelo menos, 3 viaturas (custo total de aquisição estimado de 90.000 €) para apoio direto à atividade e ao serviço de operação do SMM, contribuindo para o incremento dos custos relacionados (seguros, revisões, portagens, combustíveis). Ainda para 2024 está também considerada uma viatura em regime de AOV, na sequência da alteração da composição do CA, com a inclusão de um administrador executivo adicional (DSUE de 15 de setembro). Os encargos com a frota automóvel são resumidos no Quadro 24.

Quadro 24 – Encargos com a frota automóvel

	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Var 2024/2023		Var 2024/2022	
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento	valor	%	valor	%
AOV - Aluguer operacional de viaturas *	6 984	13 517	18 593	19 452	35 860	35 860	35 860	16 408	84,3%	22 343	149,5%
Seguro	1 390	1 098	1 250	1 250	2 500	2 500	2 500	1 250	100,0%	1 402	56,1%
Revisões	4 376	1 741	3 000	3 000	2 400	2 400	2 400	-600	-20,0%	659	16,9%
IUC	325	290	650	650	500	500	500	-150	-23,1%	210	39,7%
Portagens	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-
Combustíveis**	5 240	7 222	15 183	15 102	22 684	22 684	22 684	7 582	50,2%	15 462	105,3%
Deslocações e Estadas ***	3 896	6 017	20 045	20 126	19 770	17 070	16 645	-356	-1,8%	13 753	139,1%
Estacionamento	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-
Nº de veículos	3	4	4	4	8	8	8	4	100,0%	4	100,0%

* AOV inclui a viatura cedida pelo Metro do Porto [2019 até 2023]

** A partir 2022 inclui energia elétrica consumida por viaturas

*** inclui despesas com portagens e estacionamento

No ano de 2024 e seguintes, os encargos a suportar refletem o paradigma normal sem, no entanto, precaver efeitos paralelos e imprevistos de aumento generalizado de preços que resultem da crise geopolítica, tais como combustíveis, eletricidade ou outros que possam fazer crescer anormalmente os preços das deslocações para além dos que diretamente estão implícitos ao incremento de atividade.

³⁰ Refere-se à aprovação concreta de (...) “iii) a aquisição de 3 viaturas para a frota operacional, sendo 2 para substituição de viatura antigas, com 17 e 12 anos, e outra com características que permitam o acompanhamento das obras relacionadas com o SMM”.

6.2. Atividade de investimentos

De uma forma agregada o investimento previsto realizar já foi apresentado neste documento, sendo agora oportuno detalhar esta informação, para uma mais expedita perceção das atividades que integram esta rúbrica.

Quadro 25 – Investimento plurianual

	2023	2023	2024	2025	2026
	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Investimento relacionado com funcionamento	555 000	65 000	818 500	0	0
Hardware/Software	480 000	65 000	728 500	0	0
Viaturas Operacionais	0	0	90 000	0	0
Remodelação Edifícios	75 000	0	0	0	0
Investimento para Operação	0	0	0	0	200 000
Comunicação e Marketing	20 000	20 000	120 000	100 000	0
Sinalética SMM	10 000	10 000	0	0	0
Comunicação	10 000	10 000	0	0	0
Campanha SMM	0	0	120 000	100 000	0
Serviços Alternativos	1 642 160	1 642 160	1 677 160	545 000	0
Operação Serpins	1 460 000	1 460 000	1 170 000	0	0
Operação Portagem - Coimbra B	0	0	315 000	540 000	0
Serviço CP	167 160	167 160	167 160	0	0
Manutenção	10 000	10 000	20 000	5 000	0
Outros	5 000	5 000	5 000	0	0
Baixa de Coimbra	3 037 593	1 468 021	2 335 381	64 437	0
IMI	10 000	10 000	15 000	0	0
Empreitada da Baixa	2 564 249	1 216 613	1 347 636	0	0
Revisão Preços	233 111	105 864	231 369	0	0
Revisão Preços Extraordinária	0	0	212 000	0	0
Reposição Equilíbrio Financeiro	0	0	259 956	0	0
PT e abastecimentos BT	40 000	0	40 000	0	0
Fiscalização	65 012	64 648	57 648	0	0
Assistência Técnica	25 942	6 130	19 812	0	0
Revisão proj. A1 e A2	9 014	2 970	6 044	0	0
Projeto Casa Aninhas e Praça	60 217	47 395	12 822	0	0
Mediação imobiliária	30 048	14 400	133 095	64 437	0
Parque de Material e Oficinas	5 799 658	2 840 434	8 371 865	0	0
Estudo e Assessorias	34 886	60 350	9 500	0	0
Projetos complementares	105 000	0	0	0	0
Expropriações	330 326	578 883	54 603	0	0
Empreitada PMO	4 250 406	1 948 936	5 604 910	0	0
Revisão Preços	311 140	0	0	0	0
Fiscalização	360 649	252 264	185 408	0	0
Aluguer de contentores para PCC provisório	10 000	0	22 000	0	0
Empreitada complementar PMO	397 250	0	2 495 444	0	0
Bilhética	1 332 237	1 182 075	170 232	0	0
Projeto e Fornecimento	1 323 237	1 173 075	161 232	0	0
Armazém para equipamento de bilhética	9 000	9 000	9 000	0	0
Material Circulante	3 732 326	1 312 459	30 742 789	3 730 000	0
Assessoria Técnica/Jurídica	49 015	25 000	24 015	0	0
Fornecimento Veiculos (35 Unid)	2 757 670	452 459	30 425 541	0	0
Fornecimento Veiculos op. (5 Unid)	0	0	0	3 730 000	0
Fornecimento de Postos de Transformação	913 054	835 000	293 233	0	0
Alimentação de Média Tensão dos PTs	12 587	0	0	0	0
Estudos e Assessorias	698 060	455 287	551 940	0	0
Veiculos, Gestão e Operação	176 300	84 300	113 000	0	0
Segurança e Licenciamento do Sistema	90 000	24 000	0	0	0
Bilhética e Tarifário	55 760	55 760	28 940	0	0
SAE e Telemática	32 000	32 000	20 000	0	0
Energia	18 960	8 960	0	0	0
Sinalética (estações)	30 000	10 000	30 000	0	0
Consultoria jurídica especializada	30 000	30 000	0	0	0
Processos expropriativos (PMO)	19 057	19 057	0	0	0
Estudos e Projetos infraestruturas rodoviárias	50 000	0	50 000	0	0
Paisagismo (Estudos, projeto e empreitada)	148 783	104 210	205 000	0	0
Sistemas técnicos	40 000	40 000	55 000	0	0
Via e Estações	0	0	30 000	0	0
Instalações de Apoio nos terminais (contentores)	0	0	0	0	0
Edificado (inclui projeto ed. complementar PMO)	0	10 000	20 000	0	0
Escrituras PMO	7 200	37 000	0	0	0
Total	16 817 034	8 985 435	44 787 867	4 439 437	200 000

Tendo presente que o Investimento relacionado com comunicação e *marketing*, serviços alternativos, Baixa de Coimbra, PMO, bilhética, material circulante e estudos e assessorias, está detalhado no ponto 4.1, e o investimento com o funcionamento no ponto 4.2, é agora oportuno detalhar o investimento relacionado com a operação. Assim, importa dar nota que este investimento com a operação parte do princípio que o investimento de implementação do SMM estará terminado, justificando a necessidade de investimentos sistemáticos que passam a ser integrados e necessários para a operação, como é o caso particular das atualizações de *hardware/software* (postos de trabalho e rede) e da aquisição ou substituições de viaturas operacionais. Deverá ainda incluir investimento para o acompanhamento das evoluções tecnológicas para evitar obsolescências (como por exemplo na bilhética) ou ainda investimento imprevisível (sinalética ou outro) para o SMM.

6.2.1. Investimentos com financiamento comunitário

A MM tem em execução a construção do Parque de Materiais e Oficinas (PMO) bem como o fornecimento de material circulante, incluindo a construção dos postos de carregamento³¹. Está prevista a entrega do veículo protótipo no início de 2024 e os restantes 34 veículos durante o primeiro semestre de 2024. O PMO ficará concluído em 2024.

No âmbito destes investimentos, a MM formalizou em outubro de 2023 uma candidatura a financiamento pelo Sustentável 2030 - Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade (PACS) para a “Aquisição de material circulante e do sistema de carregamento de baterias e construção do parque de material e oficinas (PMO) para o Sistema de Mobilidade do Mondego”. O planeamento e programação financeira aqui considerados preveem a aprovação da candidatura em inícios de 2024; desta forma, a comparticipação comunitária representará 85% do investimento (elegível) realizado e a realizar (durante 2024) em PMO e material circulante.

Quadro 26 – Investimento com financiamento comunitário, na perspetiva orçamental

	2023 - estimativa				2024				2025			
	319	513	482	total	319	513	482	total	319	513	482	total
Comunicação e Marketing	24 600	0	0	24 600	45 600	0	102 000	147 600	55 000	0	68 000	123 000
Parque de Material e Oficinas		2 912 335	0	2 912 335		0	8 421 754	8 421 754	0	0	0	0
Material Circulante		1 614 325	0	1 614 325	0	9 457 970	28 355 661	37 813 631	438 014	979 386	3 170 500	4 587 900
Total	24 600	4 526 660	0	4 551 260	45 600	9 457 970	36 879 415	46 382 985	493 014	979 386	3 238 500	4 710 900

³¹ Este investimento encontra-se autorizado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/2023, de 3 de maio, contemplando um valor total de 61 510 000 € (acresce IVA), desagregado em valor de investimento para assessoria a estudos e projetos, a gestão e fiscalização da empreitada até 11 508 000 € (acresce IVA) até 2024, para a aquisição do material circulante e sistema de carregamento de baterias num valor de investimento até 36 459 000 € (acresce IVA) até 2025 e valor de manutenção de 13 543 000 € (acresce IVA), até 2039.

O Quadro 26 apresenta o investimento objeto da candidatura ao PACS, com a estimativa de execução para 2023 e previsão de execução em 2024 e 2025.

Ao contrário do previsto no momento em que foi efetuado o registo orçamental no Sistema de Informação de Gestão Orçamental (SIGO), não foi possível obter em 2023 a aprovação da candidatura ao programa operacional Sustentável 2030 relativa ao material circulante, aos sistemas de carregamento e ao PMO. Deste atraso no processo de aprovação da referida candidatura resultaram duas consequências: i) a necessidade de, no ano de 2023, recorrer à utilização do saldo de gerência, oportunamente autorizado superiormente, e, igualmente importante, ii) a obtenção de um montante de receitas de fundos comunitários em 2024 superior ao anteriormente registado em SIGO, fruto da concretização dos pagamentos do programa, relativos a despesas ocorridas de 2021 a 2023, apenas ocorrer em 2024.

Complementarmente, registou-se também, no segundo semestre de 2023, algum atraso na execução de alguns investimentos em curso (e. g. entrega de veículos), situação que conduziu à necessidade de prever um orçamento de investimento para 2024 de montante superior ao registado no SIGO.

Do atraso na aprovação da candidatura anteriormente referida resulta, portanto, a consideração do montante nas receitas de fundos comunitários, em 2024, de 36 879 415 €, valor substancialmente superior à registada em SIGO nessa fonte de financiamento (29 710 739 €), a qual contribuirá para suprir as necessidades da receita necessária para cobertura orçamental do investimento programado.

6.2.2. Análise dos indicadores de gestão

Para aferir o nível de atividade da MM, nos termos definidos nas instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão 2024, a MM deu continuidade à construção do Indicador de Otimização da Estrutura de Gastos operacionais [IOEGG]:

IOEGG = Gastos Operacionais/Investimento realizado (rubrica económica 07)

Este indicador (alternativo) da eficiência operacional foi reconhecido³² como adequado à análise do peso que os gastos operacionais representam no trabalho desenvolvido na empresa (investimento), em cada ano. É importante assinalar que a MM transitou numa fase de fortíssima contenção de custos para um contexto dominado pela necessidade de realização de elevados níveis de investimento, conduzindo a rácios decrescentes numa primeira fase para depois tender a inverter. O atraso na obtenção de autorizações de investimento, devido ao efeito da pandemia e da crise geopolítica, os efeitos económicos daqui decorrentes e a conjuntura interna de Portugal, em particular a falta de mão de obra, vem justificar a prorrogação da utilização deste indicador alternativo por mais três anos (até 2024), dado estes serem ainda anos de forte investimento e ausência de receitas, pelo menos até ao final de 2024, conforme se poderá verificar com base nos dados constantes do Quadro 20.

Quadro 27 – Evolução do indicador de otimização da estrutura de gastos operacionais (IOEGG)

	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Investimento	2 485 286	3 121 879	16 817 034	8 985 435	44 787 867	4 439 437	200 000
IOEGG	0,3054	0,2865	0,1017	0,1627	0,0758	2,5288	59,8733

É pertinente mencionar que, em função da programação dos investimentos para colocar em operação o SMM, e considerando o cenário em que o crescimento do volume de negócios se mantém sem expressão neste período, até 2024³³ (inclusive), manter o recurso ao IOEGG como indicador de gestão é ajustado e adequado. O peso dos gastos operacionais face ao investimento realizado (IOEGG) mantém a tendência decrescente até 2024 (Cf. Quadro 27). A partir de 2025, previsivelmente, estarão finalmente reunidas as condições para abandonar o recurso à estimação deste indicador alternativo, prevendo-se o regresso ao habitual indicador com base no rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, considerando este ano como ponto de partida. De notar que, por este motivo, os valores do IOEGG estimados para 2025 e 2026 (cf. Quadros 27 e 28) são meramente ilustrativos, permitindo concluir pela necessidade de interromper a utilização deste indicador e a sua substituição pelo indicador tradicional.

No Quadro 28 sintetiza-se uma análise comparativa tendo por base o IOEGG e a evolução dos gastos em termos percentuais.

³² O recurso ao IOEGG, nos termos aqui definidos, foi aprovado pelo Despacho n.º 1250/19-SET (Cf. Anexo F), a 15 de outubro de 2019. Em conformidade com o n.º 2 do art.º 158º do DL n.º 84/2019, de 28 de junho (Lei de Execução Orçamental) a utilização deste indicador deve ser mantida nos exercícios de Planeamento da MM em 2019, 2020 e 2021.

³³ Em conformidade com o n.º 3 do artigo 144.º do DL n.º 53/2022, de 12 de agosto (Lei de Execução Orçamental).

Quadro 28 – Evolução comparada do IOEGG, dos custos com pessoal e FSE

	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Pessoal	617 133	702 311	1 298 156	1 123 999	2 208 122	4 912 215	5 363 525
Fornecimento e Serviços Externos	141 958	192 006	412 683	337 733	1 188 610	6 314 322	6 611 135
Soma [1]	759 091	894 317	1 710 840	1 461 732	3 396 731	11 226 537	11 974 660
Variação percentual face ao ano anterior							
Δ Pessoal	19,8%	13,8%	84,8%	60,0%	96,5%	122,5%	9,2%
Δ Fornecimento e Serviços Externos	-16,4%	35,3%	114,9%	75,9%	251,9%	431,2%	4,7%
Investimento (económica 07) [2]	2 485 286	3 121 879	16 817 034	8 985 435	44 787 867	4 439 437	200 000
IOEGG [1]/[2]	0,3054	0,2865	0,1017	0,1627	0,0758	2,5288	59,8733

De acordo com os dados apresentados assinala-se a tendência de redução do IOEGG, até 2024, apesar do aumento (percentual e em valor) nos gastos operacionais. O aumento dos custos é explicado pelo crescimento da empresa, necessário para tornar possível a construção do SMM e iniciar a operação em finais de 2024.

Para concluir, apresentam-se no Anexo C – Demonstrações Financeiras Previsionais, respetivamente, os Balanços Previsionais, as Demonstrações de Resultados Previsionais e as Demonstrações de Fluxos de Caixa Previsionais. No Anexo D apresentam-se as Demonstrações Financeiras UTAM.

Para uma adequada análise desta informação é particularmente importante ter em conta que até 2024 a MM permanecerá como uma empresa de projeto, focada no desenvolvimento do SMM. Por este motivo, não tem capacidade de gerar receitas relevantes, em particular receitas que resultem da exploração do sistema e, como tal, inevitavelmente, tenderá a registar valores negativos³⁴ para os indicadores de Resultados antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização [EBITDA] e de resultados líquidos³⁵. Em síntese, apenas a partir do final de 2024 está previsto que a MM inicie a exploração do sistema começando, então, a gerar receitas resultantes da operação do SMM, oriundas, quer de receitas tarifárias, quer da compensação por obrigações de serviço público que venham a ser contratadas com as Autoridades de Transporte na sua área geográfica de atuação (previsto a partir de 2025).

³⁴ Os resultados operacionais positivos verificados até final de 2025 devem-se, em grande medida, à estimativa extraordinária que resulta da venda de parcelas sobranes e das frações dos Edifícios A1 e A2.

³⁵ Quando expurgadas eventuais vendas ocasionais de imóveis e terrenos não necessários à atividade do SMM.

6.2.3. Efeitos não recorrentes

Concorrem para a obtenção de resultado líquido positivo, fora do âmbito normal da operação da empresa, os movimentos não recorrentes que decorrem da venda das parcelas sobrantes³⁶ e da venda das frações que integram os edifícios A1 e A2³⁷.

O processo de venda das parcelas sobrantes e frações, iniciado em 2021, tem conclusão prevista em 2025. O produto da venda destas parcelas e frações concorre, na sua totalidade, para o apuramento do resultado líquido.

Quadro 29 – Venda de ativos

	2021	2022	2023	2024	2025
Parcelas Sobrantes	199 300	349 300	360 000	601 400	
Edifício A1					1 415 296
Edifício A2				1 288 750	829 840
Total	199 300	349 300	360 000	1 890 150	2 245 136

Importa finalmente salientar que o movimento de reclassificação de ativos, no montante de 52 milhões de euros, tem carácter meramente indicativo nesta fase, estando implícito que possa ser objeto do tratamento que terá de ser dado aos bens de domínio público enquanto Infraestruturas de Longa Duração (ILD). Este movimento não implica, nem implicará, qualquer interferência com os resultados da empresa, encontrando-se a operação refletida nas demonstrações financeiras previsionais em junho de 2024. Em período anterior ao início da operação do SMM será concluído um trabalho específico sobre este tratamento contabilístico, tanto na definição como na extensão dos seus efeitos.

³⁶ Parcelas sobrantes resultam da parte de parcelas não necessárias ao espaço canal do SMM na Baixa de Coimbra.

³⁷ Os edifícios A1 e A2 resultaram das expropriações na Baixa de Coimbra, em particular os edifícios que tinham frente para a Rua da Sofia, onde foi necessário construir o Edifício Ponte para abrir o canal para o SMM.

7. Contrato de obrigações de serviço público

O modelo que decorre das bases de concessão da MM estabelece que o financiamento do investimento em infraestruturas e veículos para operar o SMM é garantido pelo Estado (com fundos nacionais e cofinanciamento da UE) e que, na fase de exploração, o sistema é financiado por receitas tarifárias (suportadas pelos utilizadores dos serviços de transporte público) e por compensações por obrigações de serviço público (OSP) atribuídas pelo Estado, ao abrigo de um contrato de OSP.

As compensações visam assegurar que a oferta dos serviços seja financeiramente sustentável, tendo em consideração a obtenção de um elevado nível de qualidade do serviço prestado e de incremento da eficiência da operação. Com este enquadramento, a MM apresentou, em setembro de 2023, uma proposta de contrato de OSP a celebrar entre o Estado e a MM. À data da elaboração e aprovação deste PAO, a referida proposta de OSP ainda não está contratualizada entre as partes, encontrando-se em processo de apreciação no IMT. O contrato de OSP deverá ter o horizonte de 10 anos, que é o prazo de concessão da exploração do SMM, a contar da sua entrada em serviço, de acordo com as bases da concessão da MM (cf. Base IV do Decreto-Lei n.º 21/2022).

8. Quadro síntese de autorizações requeridas

Em conformidade com as instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2024 [IPGs2024-2026], anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do Sector Empresarial do Estado [SEE], constantes do Despacho Nº 324/2023-SET, de 3 de agosto, apresenta-se em seguida um Quadro com a síntese das autorizações requeridas.

Quadro 30 – Síntese de autorizações requeridas

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo Aplicável	Data	Pág. PAO
Indicador Alternativo	Ausencia de receitas	Despacho n.º 1250/19-SET	15/10/2019	Anexo F; p. 81
Admissões de Pessoal	Autorização para admitir 4 pessoas em 2021	Despacho n.º 303_2021_SET	06/04/2021	Anexo I; p. 84
Investimento	Manutenção do contrato de conceção, fornecimento, instalação e manutenção dos sistemas técnicos do Sistema de Mobilidade do Mondego” pelo valor de 3.293.055 € (acresce IVA) e duração até 2028.	Portaria n.º 250/2021	29/06/2021	...
Admissões de Pessoal	Autorização para admitir 5 pessoas em 2022	Despacho n.º 225_2022_SET	24/02/2022	Anexo J; p. 85
Investimento	Desconstrução/reabilitação dos Edifícios A1 e A2, na baixa da cidade de Coimbra, contemplando o valor de 4.276.840,71 € (acresce IVA) e execução até 2023	Portaria n.º760/2022	11/11/2022	...
Investimento	Fiscalização da execução da empreitada de “desconstrução/reabilitação dos Edifícios A1 e A2, na baixa da cidade de Coimbra, pelo valor de 166.940 € (acresce IVA) e execução até 2023.	Portaria n.º759/2022	11/11/2022	...
Investimento	Necessidade de alterar a autorização de despesa para cada uma das componentes, contemplando um total de 61.510.000 € (acresce IVA), desagregado em valor de investimento para assessoria a estudos e projetos, a gestão e fiscalização da empreitada até 11.508.000 € (acresce IVA) até 2024, para a aquisição do material circulante e sistema de carregamento de baterias um valor de investimento de 36.459.000 € (acresce IVA) até 2025 e valor de manutenção de 13.543.000 € (acresce IVA), até 2039.	RCM n.º 38/2023	03/05/2023	...
Admissões de Pessoal	12 (mais 8 pessoas considerando 4 pessoas não admitidas em 2022, mas com processo iniciado)	Despacho n.º 181_2023_SET	15/05/2023	Anexo K; p. 86
Saldo de Gerência	Autorização do saldo de gerência em 2023 em 3.268.923 €	Despacho n.º 822/2023/SEO	15/09/2023	Anexo L; p. 87
Investimento	Prestação dos serviços alternativos pelo valor de 2.711.240 € (acresce IVA) e duração até 2023.	Portaria n.º497/2023	21/09/2023	...
Investimento	Autorização relativa ao investimento e manutenção dos sistemas de bilhética estimado em 2.84910.307.017 € (este Encargos submetida montante inclui IVA) e duração até 2028.	Portaria de Extensão de	N/A	...

Aprovado em Coimbra em 24 de novembro de 2023.

O Conselho de Administração

Presidente

Eng.º João Rui Sousa Simões Fernandes Marrana

Vogal Executivo

Professor Doutor Eduardo Jorge Gonçalves Barata

Vogal Executiva

Dra. Teresa Margarida Ferreira Mateus Pratas Jorge

Anexo A – Parecer do Revisor Oficial de Contas



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

1/2
d

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 23.º, alínea d) dos Estatutos, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2024 da empresa **Metro Mondego, S.A.**, consistindo, no Plano de atividades e Orçamentos 2024-2026, que compreende para o ano de 2024, o orçamento de investimentos (no montante de 44 788 milhares de euros) e de exploração, compreendendo o Balanço previsional (que evidencia um total de ativo líquido de 52 247 milhares de euros, um total de capital próprio positivo de 38 943 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 257 milhares de euros) e a demonstração dos fluxos de caixa Previsional.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes do Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

- a) Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional,
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

6. Em nossa opinião, com base no trabalho efetuado sobre evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional do plano de atividades e orçamento para 2024, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos, normalmente adotados pela entidade.

7. Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Entroncamento, 27 de novembro de 2023

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C.,Lda

representada por



José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC n.º 833 – CMVM n.º 20160459)

Anexo B – Declaração de Conformidade (Anexo XI da DGO)



Anexo XI

Declaração de conformidade do Projeto de Orçamento

Programa:	INFRAESTI
Ministério:	INFRAESTI
Designação Serviço:	METRO MONDEGO, S.A.
Código Serviço:	5904

Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta do orçamento aprovada pela Tutela, respeitando o plafond distribuído ao serviço/organismo. Mais declaro que o Mapa OE – 12/Mapa OP – 01 foi submetido devidamente no SOE acompanhado dos seguintes documentos:

- Memória Justificativa da proposta do orçamento do Serviço
- Mapa de pessoal do serviço ou organismo aprovado pela Tutela
- Atualização do Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP)
- Demonstrações financeiras previsionais *
- Parecer do órgão de fiscalização **
- Documento comprovativo do NIPC/NIF ***
- Anexos Relativos a Despesas com o Pessoal (Anexos II, IIA)
- Identificação de iniciativas de eficiência e controlo orçamental (Anexo X)
- Declara-se que as demonstrações financeiras previsionais se encontram em conformidade com as orientações do acionista. ****
- Declara-se que esta entidade, no que se refere a investimentos estruturantes, conforme se estabelece nos pontos 64 e 65 (selecionar alternativa):
 - A - Não desenvolve investimentos que se integram nos investimentos estruturantes
 - B - Desenvolve investimentos que se integram nos investimentos estruturantes e procedeu à sua inscrição ao nível do «projeto»
- Declara-se que estão vertidas no Projeto de Orçamento todas as receitas e despesas enquadradas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, se aplicável.
- Declara-se que estão vertidas no Projeto de Orçamento todas as despesas enquadradas no âmbito dos Objetivos Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030, se aplicável.

O responsável máximo do serviço

(Assinatura Qualificada) João Rui de Sousa Simões
João Rui de Sousa Simões
 Diretor-Geral do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo
 Metro Mondego, S.A.

(Assinatura digital certificada)

Data: (registada automaticamente)

* Não aplicável aos Serviços Integrados.

** Não aplicável aos Serviços Integrados e EPR abrangidas pelo regime simplificado.

*** Aplicável às entidades que passaram a integrar o perímetro das Administrações Públicas em 2024 e às entidades cujo NIPC/NIF tenha sofrido alteração em 2023.

**** Aplicável às EPR.

Anexo C – Demonstrações Financeiras Previsionais

Quadro C1 – Balanço Previsional 2024

Metro Mondego, S.A.

RUBRICAS	Notas	31/12/2023	31/03/2024	30/06/2024	30/09/2024	31/12/2024
ATIVO						
<u>Ativo não corrente</u>						
Ativos fixos tangíveis		56 849 842	66 763 706	25 043 853	36 119 615	46 629 147
Propriedades de Investimento		192 516	192 516	192 516	192 516	192 516
Goodwill		0	0	0	0	0
Ativos intangíveis		5 998	1 824	0	0	0
Diferimentos		421	421	421	421	421
Outros ativos financeiros		4 887	4 887	4 887	4 887	4 887
sub-total		57 053 663	66 963 354	25 241 677	36 317 439	46 826 971
<u>Ativo corrente</u>						
Inventários		3 402 253	4 182 842	4 533 973	4 026 190	3 518 407
Clientes, contribuintes e utentes		61 710	61 710	61 710	61 710	61 710
Estado e outros entes públicos		44 605	1 970 648	889 928	2 814 125	916 140
Outras contas a receber		116 124	116 124	116 124	116 124	116 124
Diferimentos		29 183	29 183	29 183	29 183	29 183
Caixa e depósitos bancários		3 519 143	6 010 521	5 883 206	9 991 520	778 624
sub-total		7 173 018	12 371 027	11 514 124	17 038 851	5 420 188
Total do Ativo		64 226 681	79 334 382	36 755 801	53 356 290	52 247 159
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO						
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
Património / Capital		1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000
Reservas		9 654	9 654	9 654	9 654	9 654
Resultados transitados		-526 590	-199 145	-199 145	-199 145	-199 145
Outras Variações no Património Líquido		48 664 169	58 101 050	24 448 697	31 130 365	37 800 669
Resultado líquido do período		327 445	446 802	899 177	1 349 702	256 743
Interesses minoritários						
Total do Património Líquido		49 549 677	59 433 360	26 233 382	33 365 576	38 942 921
PASSIVO						
<u>Passivo não corrente</u>						
Outras contas a pagar		14 192 487	16 932 226	7 162 188	9 102 028	11 038 567
sub-total		14 192 487	16 932 226	7 162 188	9 102 028	11 038 567
<u>Passivo corrente</u>						
Fornecedores		20 444	694 203	755 651	571 924	542 832
Estado e outros entes públicos		133 724	133 724	19 304	19 304	113 198
Fornecedores de Investimentos		258 287	2 068 806	2 513 213	10 225 396	1 537 579
Outras contas a pagar		72 062	72 062	72 062	72 062	72 062
Diferimentos		0	0	0	0	0
sub-total		484 517	2 968 795	3 360 231	10 888 687	2 265 671
Total do passivo		14 677 004	19 901 021	10 522 419	19 990 714	13 304 238
Total do Património Líquido e do Passivo		64 226 681	79 334 382	36 755 801	53 356 290	52 247 159

Quadro C2 – Demonstração de Resultados Previsional 2024

Metro Mondego, S.A.

RUBRICAS	Notas	31/12/2023	31/03/2024	30/06/2024	30/09/2024	31/12/2024
Vendas			322 187	644 375	966 562	1 288 750
Prestação de Serviços			0	0	0	0
Transferências Correntes e Subsídios à Exploração Obtidos						
Variações nos Inventários de produção		1 443 620	526 697	623 937	-137 737	-899 411
Trabalhos para a própria entidade		1 401 294	648 712	1 305 652	1 857 218	1 857 218
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas						
Fornecimentos e serviços externos		1 776 704	1 429 207	2 364 754	2 459 762	3 330 895
Gastos com o pessoal		1 123 999	532 613	1 132 582	1 608 153	2 208 122
Outros rendimentos e ganhos		559 410	939 149	53 947 352	54 911 656	55 890 623
Outros gastos e perdas		6 899	1 000	1 500	4 500	5 000
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		496 723	473 927	53 022 480	53 525 285	52 593 163
Gastos/reversões de depreciação e amortização		54 859	27 125	52 123 303	52 175 583	52 242 526
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)						
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		441 864	446 802	899 177	1 349 702	350 636
Juros e rendimentos similares obtidos						
Juros e gastos similares suportados						
Resultado antes de imposto		441 864	446 802	899 177	1 349 702	350 636
Imposto sobre o rendimento do período		-114 419				-93 893
Resultado líquido do período		327 445	446 802	899 177	1 349 702	256 743

Quadro C3 – Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional 2023

Metro Mondego, S.A.

Rubricas	Notas	31/01/2024	29/02/2024	31/03/2024	30/04/2024	31/05/2024	30/06/2024	31/07/2024	31/08/2024	30/09/2024	31/10/2024	30/11/2024	31/12/2024
Fluxos de Caixa de atividades operacionais													
Recebimentos de Clientes		107 396	214 792	322 187	429 583	536 979	644 375	751 771	859 167	966 562	1 073 958	1 181 354	1 288 750
Recebimentos de Contribuintes		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimento de Utentes		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamento a fornecedores		-290 000	-490 000	-790 000	-1 090 000	-1 390 000	-1 690 000	-1 990 000	-1 990 000	-1 990 000	-2 290 000	-2 590 000	-3 090 000
Pagamentos ao Pessoal		-218 108	-376 631	-535 154	-695 128	-853 651	-1 135 124	-1 293 647	-1 452 171	-1 610 694	-1 770 668	-2 052 140	-2 210 663
Caixa gerada pelas operações													
Outros recebimentos/pagamentos		-400 712	-651 839	-1 002 967	-1 355 545	-1 706 672	-2 180 749	-2 531 877	-2 583 004	-2 634 132	-2 986 709	-3 460 786	-4 011 914
		0	0	-1 000	-1 000	2 884 581	2 884 081	2 884 081	2 884 081	2 880 391	2 880 141	2 880 141	6 879 891
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-400 712	-651 839	-1 003 967	-1 356 545	1 177 908	703 332	352 204	301 076	246 259	-106 569	-580 646	2 867 977
Fluxos de caixa de atividades de investimento													
Pagamentos respeitantes a:													
Ativos fixos tangíveis		-2 923 592	-5 847 183	-9 770 775	-13 694 367	-19 617 958	-21 341 550	-23 065 142	-24 788 733	-26 512 325	-28 235 917	-38 159 508	-48 083 100
Ativos intangíveis		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Propriedade de investimento		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos financeiros		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Ativos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimentos provenientes de:													
Ativos fixos tangíveis		50 117	100 233	150 350	200 467	250 583	300 700	350 817	400 933	451 050	501 167	551 283	601 400
Ativos intangíveis		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Propriedade de investimento		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos financeiros		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Ativos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subsídio ao investimento		6 309 080	9 088 202	11 867 323	14 646 444	17 425 566	20 204 687	22 983 808	25 762 930	28 542 051	31 321 172	34 100 294	36 879 415
Transferências de capital		416 149	832 298	1 248 447	1 664 596	2 080 745	2 496 894	2 913 044	3 329 193	3 745 342	4 161 491	4 577 640	4 993 789
Juros e rendimentos de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e rendimentos similares		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		3 851 754	4 173 550	3 495 345	2 817 141	138 936	1 660 732	3 182 527	4 704 322	6 226 118	7 747 913	1 069 709	-5 608 496
Fluxos de caixa das atividades de financiamento													
Recebimentos provenientes de:													
Financiamento obtidos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cobertura de prejuízos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doações		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamentos respeitantes a:													
Financiamentos obtidos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reduções de capital e outros instrumentos de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação de Caixa e seus equivalentes (a+b+c)		3 451 043	3 521 710	2 491 378	1 460 596	1 316 845	2 364 063	3 534 731	5 005 399	6 472 377	7 641 344	489 063	-2 740 519
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 519 143	6 970 186	7 040 854	6 010 521	4 979 739	4 835 988	5 883 206	7 053 874	8 524 542	9 991 520	11 160 488	4 008 206
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6 970 186	7 040 854	6 010 521	4 979 739	4 835 988	5 883 206	7 053 874	8 524 542	9 991 520	11 160 488	4 008 206	778 624

Quadro C4 – Balanço Previsional 2024-2025

Metro Mondego, S.A.

RUBRICAS	Notas	31/03/2025	30/06/2025	30/09/2025	31/12/2025	31/03/2026	30/06/2026	30/09/2026	31/12/2026
ATIVO									
Ativo não corrente									
Ativos fixos tangíveis		46 670 725	46 710 742	46 750 151	46 793 651	46 150 191	45 503 606	44 854 304	44 203 239
Propriedades de Investimento		192 516	192 516	192 516	192 516	192 516	192 516	192 516	192 516
Goodwill		0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis		0	0	0	0	0	0	0	0
Diferimentos		421	421	421	421	421	421	421	421
Outros ativos financeiros		4 887	4 887	4 887	4 887	4 887	4 887	4 887	4 887
sub-total		46 868 550	46 908 566	46 947 975	46 991 475	46 348 015	45 701 430	45 052 128	44 401 063
Ativo corrente									
Inventários		2 638 806	1 759 204	879 602	0	0	0	0	0
Clientes, contribuintes e utentes		61 710	61 710	61 710	61 710	61 710	61 710	61 710	61 710
Estado e outros entes públicos		1 482 597	1 041 108	1 602 465	1 089 566	1 382 614	1 067 969	1 356 314	768 747
Outras contas a receber		116 124	116 124	116 124	116 124	116 124	116 124	116 124	116 124
Diferimentos		29 183	29 183	29 183	29 183	29 183	29 183	29 183	29 183
Caixa e depósitos bancários		752 692	1 606 675	816 636	747 513	390 989	655 880	547 101	900 876
sub-total		5 081 111	4 614 004	3 505 720	2 044 096	1 980 619	1 930 866	2 110 432	1 876 639
Total do Ativo		51 949 661	51 522 569	50 453 695	49 035 571	48 328 635	47 632 296	47 162 559	46 277 702
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO									
PATRIMÓNIO LÍQUIDO									
Património / Capital		1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000
Reservas		9 654	9 654	9 654	9 654	9 654	9 654	9 654	9 654
Resultados transitados		57 598	57 598	57 598	57 598	124 861	124 861	124 861	124 861
Outras Variações no Património Líquido		37 152 121	36 502 361	35 852 132	35 191 898	34 693 217	34 192 113	33 688 904	33 184 329
Resultado líquido do período		9 310	-39 470	165 150	67 263	-3 746	-77 690	126 502	15 134
Interesses minoritários									
Total do Património Líquido		38 303 682	37 605 144	37 159 534	36 401 413	35 898 986	35 323 938	35 024 921	34 408 978
PASSIVO									
Passivo não corrente									
Outras contas a pagar		10 850 279	10 661 639	10 472 863	10 281 182	10 136 404	9 990 922	9 844 829	9 698 340
sub-total		10 850 279	10 661 639	10 472 863	10 281 182	10 136 404	9 990 922	9 844 829	9 698 340
Passivo corrente									
Fornecedores		730 683	942 487	1 165 821	316 440	195 209	196 782	110 656	152 983
Estado e outros entes públicos		113 198	19 304	19 304	58 187	58 187	19 304	19 304	43 053
Fornecedores de Investimentos		1 879 756	2 221 933	1 564 110	1 906 287	1 967 787	2 029 287	2 090 787	1 902 287
Outras contas a pagar		72 062	72 062	72 062	72 062	72 062	72 062	72 062	72 062
Diferimentos		0	0	0	0	0	0	0	0
sub-total		2 795 699	3 255 786	2 821 298	2 352 976	2 293 245	2 317 436	2 292 809	2 170 385
Total do passivo		13 645 978	13 917 426	13 294 161	12 634 158	12 429 649	12 308 358	12 137 638	11 868 724
Total do Património Líquido e do Passivo		51 949 660	51 522 569	50 453 694	49 035 571	48 328 635	47 632 296	47 162 559	46 277 702

Quadro C5 – Demonstração de Resultados Previsional 2024-2025

Metro Mondego, S.A.

RUBRICAS	Notas	31/03/2025	30/06/2025	30/09/2025	31/12/2025	31/03/2026	30/06/2026	30/09/2026	31/12/2026
Vendas		561 284	1 122 568	1 683 852	2 245 136				
Prestação de Serviços		498 286	996 572	1 494 858	1 993 144	1 641 883	3 283 766	4 925 649	6 567 532
Transferências Correntes e Subsídios à Exploração Obtidos		1 773 601	3 547 201	5 320 802	7 094 402	1 411 502	2 823 005	4 234 507	5 646 010
Variações nos Inventários de produção		-1 319 403	-2 638 806	-3 958 209	-5 277 611				
Trabalhos para a própria entidade									
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas									
Fornecimentos e serviços externos		1 625 525	3 180 257	4 744 364	6 309 322	1 699 648	3 327 252	4 964 856	6 606 135
Gastos com o pessoal		1 197 336	2 524 054	3 585 497	4 912 215	1 306 484	2 755 709	3 914 299	5 363 525
Outros rendimentos e ganhos		1 947 883	3 897 328	5 847 380	7 793 340	643 460	1 290 045	1 939 348	2 590 412
Outros gastos e perdas		1 000	1 500	4 500	5 000	1 000	1 500	4 500	5 000
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		637 789	1 219 052	2 054 322	2 621 875	689 714	1 312 355	2 215 850	2 829 295
Gastos/reversões de depreciação e amortização		628 480	1 258 522	1 889 171	2 515 729	693 460	1 390 045	2 089 348	2 790 412
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)									
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 310	-39 470	165 150	106 146	-3 746	-77 690	126 502	38 883
Juros e rendimentos similares obtidos									
Juros e gastos similares suportados									
Resultado antes de imposto		9 310	-39 470	165 150	106 146	-3 746	-77 690	126 502	38 883
Imposto sobre o rendimento do período					-38 883				-23 749
Resultado líquido do período		9 310	-39 470	165 150	67 263	-3 746	-77 690	126 502	15 134

Quadro C6 – Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional 2024-2025

Metro Mondego, S.A.

Rubricas	Notas	31/01/2025	28/02/2025	31/03/2025	30/04/2025	31/05/2025	30/06/2025	31/07/2025	31/08/2025	30/09/2025	31/10/2025	30/11/2025	31/12/2025	31/01/2026	28/02/2026	31/03/2026	30/04/2026	31/05/2026	30/06/2026	31/07/2026	31/08/2026	30/09/2026	31/10/2026	30/11/2026	31/12/2026
Fluxos de Caixa de atividades operacionais																									
Recebimentos de Clientes		363 483	726 965	1 090 448	1 453 930	1 817 413	2 180 896	2 544 378	2 907 861	3 271 344	3 634 826	3 998 309	4 361 791	580 666	1 161 332	1 741 998	2 322 664	2 903 330	3 483 996	4 064 662	4 645 328	5 225 994	5 806 660	6 387 326	6 967 992
Recebimentos de Contribuintes		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recabimento de Utilidades		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamento a fornecedores		-600 000	-1 200 000	-1 800 000	-2 300 000	-2 900 000	-3 500 000	-4 100 000	-4 700 000	-5 200 000	-5 800 000	-6 400 000	-7 000 000	-600 000	-1 400 000	-2 200 000	-3 000 000	-3 600 000	-4 200 000	-5 000 000	-5 800 000	-6 300 000	-6 900 000	-7 500 000	-8 200 000
Pagamentos ao PESSOAL		-492 398	-846 213	-1 200 027	-1 555 292	-1 909 106	-2 526 745	-2 880 559	-3 234 374	-3 588 188	-3 943 453	-4 561 092	-4 914 906	-536 632	-922 829	-1 309 025	-1 696 672	-2 082 868	-2 758 251	-3 144 447	-3 530 644	-3 916 840	-4 304 487	-4 979 870	-5 366 066
	Caixa gerada pelas operações	-728 916	-1 319 247	-1 909 579	-2 401 361	-2 991 693	-3 845 849	-4 436 181	-5 026 513	-5 516 845	-6 108 626	-6 962 783	-8 453 115	-555 966	-1 161 497	-1 767 027	-2 374 008	-2 779 538	-3 474 255	-4 079 786	-4 685 316	-4 990 846	-5 397 827	-6 092 544	-6 598 074
Outros recebimentos/pagamentos		591 200	1 182 400	1 772 601	2 363 801	3 861 108	4 451 808	5 043 008	5 634 208	6 221 719	6 812 669	7 403 869	8 994 819	470 501	941 002	1 410 502	1 881 003	2 312 621	3 382 622	3 853 123	4 323 624	4 790 435	5 260 685	6 531 186	7 001 437
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	-137 715	-136 847	-136 979	-37 560	869 415	605 959	606 827	607 695	704 874	704 042	441 086	541 704	-85 466	-220 495	-356 525	-493 004	-466 917	-91 633	-226 663	-361 692	-200 412	-137 142	438 642	403 363
Fluxos de caixa de atividades de investimento																									
Pagamentos respeitantes a:																									
Ativos fixos tangíveis		0	-1 000 000	-1 000 000	-1 000 000	-2 000 000	-2 000 000	-2 000 000	-3 000 000	-4 000 000	-4 000 000	-4 000 000	-5 000 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-250 000
Ativos intangíveis		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Propriedade de investimento		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos financeiros		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Ativos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebimentos provenientes de:																									
Ativos fixos tangíveis		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Propriedade de investimento		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos financeiros		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Ativos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subsídio ao investimento		271 292	542 583	813 875	1 085 167	1 356 458	1 627 750	1 899 042	2 170 333	2 441 625	2 710 083	2 974 292	3 238 500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências de capital		99 057	198 114	297 171	396 228	495 285	594 342	693 399	792 456	891 514	990 571	1 089 628	1 188 685	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e rendimentos de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e rendimentos similares		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	370 349	-259 303	111 046	481 395	-148 256	222 092	592 441	-37 210	-666 862	-299 346	63 919	-572 815	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-250 000
Fluxo de caixa das atividades de financiamento																									
Recebimentos provenientes de:																									
Financiamento obtidos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cobertura de prejuízos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Doações		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pagamentos respeitantes a:																									
Financiamentos obtidos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reduções de capital e outros instrumentos de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações de financiamento		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação de Caixa e seus equivalentes (a+b+c)		232 633	-396 150	-25 933	443 835	721 158	828 051	1 199 268	570 485	38 012	404 696	505 005	-31 111	-85 466	-220 495	-356 525	-493 004	-466 917	-91 633	-226 663	-361 692	-200 412	-137 142	438 642	153 363
Caixa e seus equivalentes no início do período		778 624	1 011 257	382 475	752 692	1 222 459	1 499 783	1 606 675	1 977 892	1 349 109	816 636	1 183 320	1 283 630	747 513	662 048	527 018	390 989	254 509	280 596	655 880	520 851	385 821	547 101	610 372	1 186 156
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 011 257	382 475	752 692	1 222 459	1 499 783	1 606 675	1 977 892	1 349 109	816 636	1 183 320	1 283 630	747 513	662 048	527 018	390 989	254 509	280 596	655 880	520 851	385 821	547 101	610 372	1 186 156	900 876

Anexo D – Demonstrações Financeiras UTAM

Demonstrações financeiras

					Unid:	1
Balanco	2022	2023	2024	2025	2026	
Ativo (total)	60 769 909	64 226 681	52 247 159	49 035 572	46 277 702	
não corrent.	49 825 838	57 053 663	46 826 971	46 991 475	44 401 063	
corrente	10 944 071	7 173 018	5 420 188	2 044 096	1 876 639	
CP (total)	46 931 496	49 549 677	38 942 921	36 401 413	34 408 978	
rest.trans.	-765 816	-526 590	-199 145	57 598	124 861	
Passivo (total)	13 838 413	14 677 004	13 304 238	12 634 158	11 868 724	
não corrent.	13 521 663	14 192 487	11 038 567	10 281 182	9 698 340	
corrente	316 749	484 517	2 265 671	2 352 976	2 170 385	

Demonstração de resultados	2022	2023	2024	2025	2026
Volume de Negócios (incl. ICs)			2 245 136	10 376 297	12 213 542
% de crescimento				362%	18%
Gastos com Pessoal	-702 311	-1 123 999	-2 208 122	-4 912 215	-5 363 525
% de crescimento		60%	96%	122%	9%
Fornecimentos e serviços externos	-1 044 257	-1 776 704	-3 330 895	-6 309 322	-6 606 135
% de crescimento		70%	87%	89%	5%
EBITDA	374 152	496 723	52 933 930	2 582 083	2 778 045
% de crescimento		33%	10557%	-95%	8%
EBIT	314 526	441 864	705 623	106 145	38 883
% de crescimento		40%	60%	-85%	-63%
Resultado líquido	239 226	327 445	531 858	67 263	15 134
% de crescimento		37%	62%	-87%	-77%

Eficiência operacional	2023	2024	2025	2026
GO/VN			2	1
GO/IP (SNS)				1

Conformidade com proposta de Orçamento de Estado para 2024

EUR	PAO 2024 (Conforme DFC)	OE 2024	Cumprimento
Gastos com pessoal	2 159 302 €	2 657 532 €	✔
FSE	1 500 000 €	1 500 000 €	✔
Investimentos	52 448 732 €	39 000 000 €	✘
Despesa Total	56 222 453 €	43 405 021 €	✘

BALANÇO

Rubricas	Notas	Unidade					
		2022	2023	2023	2024	2025	2026
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
ATIVO							
Ativo não corrente							
Ativos fixos tangíveis		49 611 979 €	63 189 246 €	56 849 842 €	46 629 147 €	46 793 651 €	44 203 239 €
Propriedades de Investimento		192 516 €	192 516 €	192 516 €	192 516 €	192 516 €	192 516 €
Ativos intangíveis		19 213 €	11 271 €	5 998 €	0 €	0 €	0 €
Ativos biológicos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Participações financeiras		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Clientes, contribuintes e utentes		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Acionistas / Sócios / Associados		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Diferimentos		421 €	421 €	421 €	421 €	421 €	421 €
Outros ativos financeiros		1 709 €	6 111 €	4 887 €	4 887 €	4 887 €	4 887 €
Ativos por impostos diferidos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras contas a receber		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
	Subtotal	49 825 838 €	63 399 566 €	57 053 663 €	46 826 971 €	46 991 475,430 €	44 401 063 €
Ativo corrente							
Inventários		1 958 632 €	4 986 225 €	3 402 253 €	3 518 407 €	0 €	0 €
Ativos biológicos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Clientes, contribuintes e utentes		187 621 €	0 €	61 710 €	61 710 €	61 710 €	61 710 €
Estado e outros entes públicos		49 540 €	295 893 €	44 605 €	916 140 €	1 089 566 €	768 747 €
Acionistas / Sócios / Associados		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras contas a receber		174 177 €	174 177 €	116 124 €	116 124 €	116 124 €	116 124 €
Diferimentos		29 183 €	29 183 €	29 183 €	29 183 €	29 183 €	29 183 €
Ativos financeiros detidos para negociação		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros ativos financeiros		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Ativos não correntes detidos para venda		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Caixa e depósitos		8 544 918 €	3 931 836 €	3 519 143 €	778 624 €	747 513 €	900 876 €
	Subtotal	10 944 071 €	9 417 314 €	7 173 018 €	5 420 188 €	2 044 096 €	1 876 639 €
Total do Ativo		60 769 909 €	72 816 879 €	64 226 681,14 €	52 247 159 €	49 035 572 €	46 277 702 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO							
Património / Capital		1 075 000 €	1 075 000 €	1 075 000 €	1 075 000 €	1 075 000 €	1 075 000 €
Ações (quotas) próprias		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros instrumentos de capital próprio		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Prémios de emissão		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Reservas		9 654 €	9 654 €	9 654 €	9 654 €	9 654 €	9 654 €
Resultados transitados		-765 816 €	-526 590 €	-526 590 €	-199 145 €	57 598 €	124 861 €
Ajustamentos em ativos financeiros		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Excedentes de revalorização		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras variações no Património Líquido		46 373 432 €	56 209 789 €	48 664 169 €	37 800 669 €	35 191 898 €	33 184 329 €
Resultado líquido do período		239 226 €	680 344 €	327 445 €	256 743 €	67 263 €	15 134 €
Dividendos antecipados		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Interesses que não controlam		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
	Total do Património Líquido	46 931 496 €	57 448 198 €	49 549 677 €	38 942 921 €	36 401 413 €	34 408 978 €
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Provisões		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Financiamentos obtidos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fornecedores de investimentos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fornecedores		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Diferimentos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Passivos por impostos diferidos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras contas a pagar		13 521 663 €	14 223 415 €	14 192 487 €	11 038 567 €	10 281 182 €	9 698 340 €
	Subtotal	13 521 663 €	14 223 415 €	14 192 487 €	11 038 567 €	10 281 182 €	9 698 340 €
Passivo corrente							
Credores por transferências e subsídios concedidos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fornecedores		5 625 €	5 625 €	20 444 €	542 832 €	316 439 €	152 983 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		144 000 €	144 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Estado e outros entes públicos		94 384 €	228 811 €	133 724 €	113 198 €	58 187 €	43 053 €
Acionistas / Sócios / Associados		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Financiamentos obtidos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Fornecedores de investimentos		554 €	694 643 €	258 287 €	1 537 579 €	1 906 287 €	1 902 287 €
Outras contas a pagar		72 187 €	72 187 €	72 062 €	72 062 €	72 062 €	72 062 €
Diferimentos		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros passivos financeiros		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
	Subtotal	316 749 €	1 145 266 €	484 517 €	2 265 671 €	2 352 976 €	2 170 385 €
Total do Passivo		13 838 413 €	15 368 681 €	14 677 004 €	13 304 238 €	12 634 158 €	11 868 724 €
Total do Património Líquido e Passivo		60 769 909 €	72 816 879 €	64 226 681,14 €	52 247 159 €	49 035 572 €	46 277 702 €

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	Unidade					
		2022 Execução	2023 PAO	2023 Estimativa	2024 Previsão	2025 Previsão	2026 Previsão
Impostos e taxas							
Vendas					2 245 136 €	1 288 750 €	- €
Prestações de serviços					- €	1 993 144 €	6 567 532 €
Transferências e subsídios correntes à exploração obtidos						8 050 788 €	5 646 010 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos							
Variação de inventários da produção		852 250 €	3 027 593 €	1 443 620 €	3 130 326 €	3 046 697 €	- €
Trabalhos para a própria entidade		861 070 €	1 635 109 €	1 401 294 €	1 857 218 €	- €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas							
Fornecimentos e serviços externos		1 044 257 €	3 435 626 €	1 776 704 €	3 330 895 €	6 309 322 €	6 606 135 €
Gastos com pessoal		702 311 €	1 293 754 €	1 123 999 €	2 208 122 €	4 912 215 €	5 363 525 €
Transferências e subsídios concedidos							
Prestações sociais							
Imparidades de inventários (perdas/reversões)							
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)							
Provisões (aumentos/reduções)							
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)							
Aumentos / reduções de justo valor							
Outros rendimentos e ganhos		411 667 €	1 070 225 €	559 410 €	57 505 919 €	5 522 634 €	2 539 162 €
Outros gastos e perdas		4 268 €	4 650 €	6 899 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBIIDA)		374 152 €	998 897 €	496 723 €	52 933 930 €	2 582 083 €	2 778 045 €
Gastos / reversões de depreciação e amortização		59 626 €	108 825 €	54 859 €	52 228 308 €	2 475 937 €	2 739 162 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)							
Resultado operacional (EBIT)		314 526 €	890 072 €	441 864 €	705 623 €	106 145 €	38 883 €
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor							
Juros e rendimentos similares obtidos							
Juros e gastos similares suportados							
Resultado antes de impostos		314 526 €	890 072 €	441 864 €	705 623 €	106 145 €	38 883 €
Imposto sobre o rendimento		75 300 €	209 727 €	114 419 €	173 765 €	38 883 €	23 749 €
Resultado líquido do período		239 226 €	680 344 €	327 445 €	531 858 €	67 263 €	15 134 €

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	Unidade					
		2022 Execução	2023 PAO	2023 Estimativa	2024 Previsão	2025 Previsão	2026 Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais							
Recebimentos de clientes					1 288 750 €	4 361 791 €	6 967 992 €
Recebimentos de contribuintes							
Recebimentos de utentes							
Pagamentos a fornecedores		1 077 308 €	3 569 648 €	1 986 236 €	3 090 000 €	7 900 000 €	8 200 000 €
Pagamentos ao pessoal		704 357 €	1 298 690 €	1 118 308 €	2 210 663 €	4 914 906 €	5 366 066 €
Caixa gerada pelas operações		1 781 665 €	4 868 338 €	3 104 544 €	4 011 914 €	8 453 115 €	6 598 074 €
Outros recebimentos/pagamentos		310 525 €	1 119 475 €	694 972 €	6 879 891 €	8 994 819 €	7 001 437 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1 471 140 €	3 748 863 €	2 409 573 €	2 867 977 €	541 704 €	403 363 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento							
Pagamentos respeitantes a:							
Ativos fixos tangíveis		2 618 882 €	13 433 954 €	6 489 602 €	48 083 100 €	5 000 000 €	250 000 €
Ativos intangíveis		29 044 €		1 248 €			
Propriedades de investimento							
Investimentos financeiros							
Outros Ativos							
Recebimentos provenientes de:							
Ativos fixos tangíveis		1 296 844 €	961 400 €	360 000 €	601 400 €		
Ativos intangíveis							
Propriedades de investimento							
Investimentos financeiros							
Outros Ativos							
Subsídios ao investimento			8 093 686 €	- €	36 879 415 €	3 170 500 €	- €
Transferências de capital		5 314 648 €	3 514 648 €	3 514 648 €	4 993 789 €	1 336 557 €	- €
Juros e rendimentos similares							
Dividendos							
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		3 963 566 €	864 219 €	2 616 203 €	5 608 496 €	492 943 €	250 000 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento							
Recebimentos provenientes de:							
Financiamentos obtidos							
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital							
Cobertura de prejuízos							
Doações							
Outras operações de financiamento							
Pagamentos respeitantes a:							
Financiamentos obtidos							
Juros e gastos similares							
Dividendos							
Reduções de capital e outros instrumentos de capital							
Outras operações de financiamento							
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		- €	- €	- €	- €	- €	- €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		2 492 427 €	4 613 082 €	5 025 775 €	2 740 519 €	48 762 €	153 363 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		6 064 314 €	8 544 918 €	8 544 918 €	3 519 143 €	778 624 €	747 513 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8 544 918 €	3 931 836 €	3 519 143 €	778 624 €	747 513 €	900 876 €

Plano de investimentos

Investimentos	Notas	Unidade				
		2023	2023	2024	2025	2026
		PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Nota: Identificar se se trata de investimento de substituição ou de expansão, e se está contingente na concretização de financiamentos (v.g., de candidaturas a fundos estruturais)						
Parque de Material e Oficinas	Construção	5 799 658 €	2 840 434 €	8 371 865 €	- €	- €
Fundos Comunitários (PACS)	0	4 929 709 €	- €	8 371 865 €	- €	- €
Receitas Próprias	0	869 949 €	2 840 434 €	- €	- €	- €
Dotação OE	0	- €	- €	- €	- €	- €
VAL estimado (em €)		10 648 989 €				
Material Circulante	Fornecimento inicial	3 732 326 €	1 312 459 €	30 742 789 €	3 730 000 €	- €
Fundos Comunitários (PACS)	0	3 172 477 €	- €	28 355 661 €	3 170 500 €	- €
Receitas Próprias	0	559 849 €	1 312 459 €	2 387 128 €	559 500 €	- €
Dotação OE	0	- €	- €			
VAL estimado (em €)		33 665 738 €				
Total investimento		9 531 984 €	4 152 893 €	39 114 654 €	3 730 000 €	- €
Total financiamento		9 531 984 €	4 152 893 €	39 114 654 €	3 730 000 €	- €

Eficiência operacional	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-1 746 567	-2 900 703	-2 900 703	-5 539 017	-11 221 537	-11 969 660	-2 638 315	-91,0%
CMVMC								
FSE	-1 044 257	-1 776 704	-1 776 704	-3 330 895	-6 309 322	-6 606 135	-1 554 192	-87,5%
Gastos com pessoal	-702 311	-1 123 999	-1 123 999	-2 208 122	-4 912 215	-5 363 525	-1 084 123	-96,5%
Impactos decorrentes de obrigações legais*								
Impacto A								
Impacto ...								
Gastos operacionais ajustados	1 746 567	2 900 703	2 900 703	5 539 017	11 221 537	11 969 660	2 638 315	91,0%
Volume de negócios				2 245 136	10 376 297	12 213 542		
Vendas				2 245 136	1 288 750	0		
Prestações de Serviços				0	1 993 144	6 567 532		
Indemnizações Compensatórias (conforme Contrato Serv. Público)					7 094 402	5 646 010		
Impacto na receita decorrente de obrigações legais**								
Impacto A								
Impacto ...								
Volume de Negócios ajustado				2 245 136	10 376 297	12 213 542		
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)				247%	108%	98%		

Pessoal	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Nº Total de Trabalhadores	17	30	24	88	130	130	64	267%
Nº de membros dos órgãos sociais	3	3	3	3	3	3	0	0%
Nº de membros cargos de direção	2	4	3	4	4	4	1	33%
Nº dos restantes trabalhadores	12	23	18	81	123	123	63	350%
Gastos totais com pessoal*	702 310,75	1 293 754	1 123 999,10	2 208 122	4 912 215	5 363 524,59	1 084 123	96%
Gastos com órgãos sociais**	205 019,6200	215 838	250 216	306 267	321 065	336 514	56 051	22%
Gastos com cargos de direção	109 687,9100	241 217	164 416	299 594	333 355	349 579	135 177	82%
Remuneração do pessoal	372 430,1300	796 814	676 548	1 475 980	4 017 845	4 415 272	799 432	118%
Benefícios pós-emprego	0,0000	0	0	0	0	0	0	
Ajudas de custo	0,0000	0	0	0	0	0	0	
Rescisões / Indemnizações	0,0000	0	0	0	0	0	0	
Restantes encargos	15 173,0900	39 885	32 819	126 282	239 950	262 159	93 463	285%
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2023		434 222	192 008			0	-192 008	-100%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes				916 485	1 248 946	0	916 485	
(iii) Cumprimento de disposições legais			2 327				-2 327	-100%
(iv) Orientações expressas do acionista Estado			28 337	46 811	34 512	35 366		
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias			0	0	0	0	0	
(vi) Outras valorizações remuneratórias	0	0	0	0	0	0	0	
(vii) Rescisões por mútuo acordo	0	0	0	0	0	0	0	
Correções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais*	-205 020	-215 838	-250 216	-306 267	-321 065	-336 514	-56 051	-22%
(-) Cumprimento de disposições legais			-2 327					
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias			0	0	0	0	0	
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo	0	0	0	0	0	0	0	
(+) Absentismo	0	0	0	0	0	0	0	
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	497 291	1 077 916	871 456	1 901 855	4 591 150	5 027 010	1 030 399	118%

Endividamento (fórmula)	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Eexecução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000	1 075 000	0	0%
Financiamento remunerado	0	0	0	0	0	0	0	
(-) Subsídio reembolsável ou um empréstimo bonificado afeto a um contrato de um projeto comunitário (Conta SNC-AP: 20422)	0	0	0	0	0	0	0	
(-) Parque de Material e Oficinas			2 840 434	8 371 865	0		5 531 431	2
(-) Material Circulante			1 312 459	30 742 789	3 730 000	0	29 430 330	22
Endividamento líquido de novos investimentos	1 075 000	1 075 000	5 227 893	40 189 654	4 805 000	1 075 000	34 961 761	668,8%
Endividamento líquido de novos investimentos, de acordo com o DLEO 2023	1 075 000	1 075 000	5 227 893	40 189 654	4 805 000	1 075 000	34 961 761	668,8%
Δ de endividamento			- 4 152 893	39 114 654	3 730 000	-		
Δ de endividamento (%)		0,00%	386,32%	3638,57%	346,98%	0,00%	3252,3 p.p.	

Outros	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Eexecução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	16	30	30	30	30	30	0	0%
Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0	0	0	0	

Detalhe de Fornecimentos e serviços externos	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Eexecução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
FSE Estrutura de Gestão								
Eletricidade	7 655	9 900	9 900	13 200	14 400	14 400	3 300	33%
Rendas e Alugueres (exclui AOV)	40 973	42 562	42 562	44 952	47 042	48 594	2 391	6%
Comunicações	6 890	13 260	12 224	18 108	19 308	19 908	5 884	48%
Limpeza	5 889	7 200	7 200	7 800	8 400	9 000	600	8%
Auditoria	11 743	12 342	12 342	18 000	18 000	18 000	5 658	46%
TE Informática	14 780	14 760	14 760	38 250	42 000	42 000	23 490	159%
TE Tecnologias de Informação	18 152	48 000	45 400	54 400	70 900	71 400	9 000	20%
Publicidade e Comunicação	45 945	90 000	90 000	90 000	120 000	120 000	0	0%
FSE Operação								
Seguros	0	798	0	157 361	320 704	329 025	157 361	
Venda de títulos	0	0	0	7 033	79 545	81 215	7 033	
Fiscalização de títulos	0	0	0	8 057	143 807	162 818	8 057	
Energia para veículos	0	2 606	2 500	122 880	1 270 547	1 368 281	120 380	4815%
Energia para estações e PMO	0	10 310	2 434	23 527	248 793	259 610	21 093	867%
Limpeza de estações, veículos e PMO	0	833	0	23 672	342 764	376 882	23 672	
Vigilância e segurança de passageiros	0	0	0	12 790	228 266	258 442	12 790	
Vigilância e segurança de PMO	0	9 952	0	28 278	153 985	157 219	28 278	
Comissões e custos de suporte da bilhética	0	0	0	9 830	188 188	215 197	9 830	
Bilhética - Abastecimento e recolha de valores	0	0	0	8 769	156 511	177 202	8 769	
Telecomunicações - rede móvel nos veículos	0	396	0	21 746	175 313	178 995	21 746	
Manutenção Material Circulante	0	1 474	0	64 655	690 581	759 320		
Manutenção de Infraestrutura	0	1 267	0	155 953	1 587 251	1 584 484		
Outros	17 315	103 485	47 724	192 317	323 686	295 237		0%
Deslocações e alojamento	6 017	20 045	20 126	19 770	17 070	16 645	-356	-2%
Ajudas de custo	0	0	0	0	0	0	0	
Associados à frota automóvel	16 646	23 493	24 352	41 260	41 260	41 260	16 908	69%
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0	0	6 209	6 000	6 000	6 000	-209	-3%
TOTAL	192 006	412 683	337 733	1 188 610	6 314 322	6 611 135	850 877	252%

Fonte: Proposta de PAO para 2024-2026

Frota automóvel	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Eexecução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Operacional - EUR	13 517	18 593	19 452	35 860	35 860	35 860	16 408	84%
Operacional - n.º de viaturas	4	4	4	8	8	8	4	100%
Não operacional - EUR								
Não operacional - n.º de viaturas								

IIEPC	2023	2024	2025	2026	2024 v.s 2023	2025 v.s 2024	2026 v.s 2025	Variação média anual do triénio	Cumprir 1º ano			Cumprir triénio		
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					S	N	N/A	S	N	N/A
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO														
Taxa de crescimento nominal PIB					5,1%	4,5%	4,2%	4,6%						
Taxa de crescimento real PIB					2,0%	2,0%	1,9%	2,0%						
Taxa de crescimento IPC					2,9%	2,1%	2,0%	2,3%						
a) Volume de negócios		2 245	10 376	12 214		362%	18%							
b) EBIT, líq. de provisões, imparidades e correções de justo valor	0	0	0	0	0	0	0	0	S			S		
c) Resultado líquido	327	532	67	15	204	-465	-52	-104	S				N	
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	1%	1%	0%	0%	0,5 p.p.	-1,0 p.p.	-0,1 p.p.	-0,2 p.p.	S				N	
e) Rentabilidade dos RH	20 085x	8 018x	817x	299x	- 12 066x	- 7 202x	- 517x	- 6 595x	S	N			N	
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	1%	1%	0%	0%	0,5 p.p.	-1,0 p.p.	-0,1 p.p.	-0,2 p.p.	S				N	
g) Endividamento líquido de novos investimentos	5 228	40 190	4 805	1 075	39 115	3 730	-	14 282	S	N			N	
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0	0	0	0	0	S					
i) Volume de negócios (real)	-	1 289	11 333	12 214		779%	8%		S			S		
ii) Gastos operacionais (%)	2 901	5 539	11 222	11 970	91%	103%	7%	60%	S					
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS														
Gastos operacionais (corrigido do IPC)	2 901	5 383	10 991	11 735	2 482	5 608	744	2 945	S	N			N	
SNS: Horas extraordinárias e prestações de serviços médicos					1 030	2 689	436	1 385	S					
SNS: Gastos com pessoal ajustados	871	1 902	4 591	5 027					S					

Rácios Financeiros	Formúla	2022	2023	2024	2025	2026
		Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Rentabilidade das vendas	EBITDA/Volume de Negócio			2358%	25%	23%
Rentabilidade do Ativo	Resultado Operacional/Ativo médio		1%	1%	0%	0%
Rentabilidade do Capital próprio	Resultado Líquido/Capital Próprio médio		1%	1%	0%	0%
Passivo total	Passivo/Ativo	23%	23%	25%	26%	26%
Endividamento Corrente	Passivo Corrente/Ativo	1%	1%	4%	5%	5%
Autonomia financeira	Capital Próprio/Ativo	77%	77%	75%	74%	74%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	3455%	1480%	239%	87%	86%
Rentabilidade dos RH	Resultado Operacional/n.º de trabalhadores	17 474	20 085	8 018	817	299

Anexo E – Mapa de Pessoal Aprovado pelo Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas

Modelo A

Estrutura de mapa de pessoal - Artigo 5.º LVCR

Frederico
Francisco

Atribuições/competências/actividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica	Nº de postos de trabalho	OBS (a); (b)		
		Director-Geral (1)	Subdirector-Geral (1)	Director de serviços (1)	Chefe de divisão (1)	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional				Assistente operacional	
Presidente CA	-	1														1	AG 24/11/2019
Vogal CA	-		2													2	AG 24/11/2019
	Subtotal			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	
Economia	Direção Administrativa e Financeira			1												1	C. Ind. Trabalho
Contabilidade						2										2	C. Ind. Trabalho
	Subtotal			1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	
Recursos Humanos	Direção de Recursos Humanos					2										2	Recursos Humanos
	Subtotal			0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	
Eng. Eletrotécnica	Direção Técnica			1												1	C. Ind. Trabalho
Engenharia						6										6	C. Ind. Trabalho
	Subtotal			1	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	
Engenharia/Gestão				1												1	C. Ind. Trabalho
Engenharia/Gestão	Direção de Operações					4										4	C. Ind. Trabalho
Reguladores									10							10	C. Ind. Trabalho
Motoristas													50		50	C. Ind. Trabalho	
	Subtotal			1	0	4	0	0	10	0	0	0	50		65		
Advogado	Gabinete Jurídico					2										2	C. Ind. Trabalho
	Subtotal			0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	
Qualidade	Gabinete de Qualidade, Higiene e Segurança					1										1	Qualidade Ambiente e Segurança
	Subtotal			0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	C. Ind. Trabalho
Letras	Gabinete de Apoio à Administração					1										1	Letras
	Subtotal			0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	C. Ind. Trabalho
Informática	Gabinete de Tecnologias de Informação					1										1	Informática
	Subtotal			0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	C. Ind. Trabalho
Economia/Jornalismo	Direção de Comunicação e Marketing				1											1	Economia/Jornalismo Marketing/Comunicação/Coordenação
Economia/Jornalismo						2										2	C. Ind. Trabalho
	Subtotal			0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	C. Ind. Trabalho
	Totais gerais	1	2	3	1	21	0	0	0	10	0	0	50		88		
															Total	88	

Modelo A

Estrutura de mapa de pessoal - Artigo 5.º LVCR

Frederico
Francisco

Atribuições / Competências/Actividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Número de postos de trabalho	OBS (a); (b)
Presidente CA	Director-Geral (1)	-	1	
Vogal	Subdirector-Geral (1)	-	2	
Direção Administrativa e Financeira	Director de Serviços	Área Economia	1	
	Técnico Superior	Contabilidade	2	
	Assistente técnico		0	
Direção de Recursos Humanos	Director de Serviços	-	0	
	Técnico Superior	Recursos Humanos	2	
	Assistente técnico	-	0	
Direção Técnica	Director de Serviços	Área Engenharia	1	
	Técnico superior	Área Engenharia	6	
	Assistente técnico		0	
Direção de Operações	Director de Serviços	Área Engenharia	1	
	Técnico superior	Área Engenharia	4	
	Assistente Operacional/Motoristas	Regulador/Motorista	60	
Gabinete Jurídico	Director de Serviços		0	
	Técnico superior	Área Direito	2	
	Assistente técnico		0	
Gabinete Qualidade, Higiene e Segurança	Director de Serviços		0	
	Técnico superior	Qualidade Ambiente e Segurança	1	
	Assistente técnico		0	
Gabinete de Apoio à Administração	Director de Serviços		0	
	Técnico superior	Letras	1	
	Assistente técnico		0	
Gabinete de Tecnologias de Informação	Director de Serviços		0	
	Técnico superior		1	
	Assistente técnico		0	
Direção de Comunicação e Marketing	Director de Serviços	Área Economia/Jornalismo	1	
	Técnico Superior	Área Marketing/Comunicação/Economia	2	
	Assistente técnico		0	
total			88	

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria		
Cargo/carreira/categoria	nº postos de trabalho	observações (a); (b)
Director-Geral	1	AG 24/07/2019
Subdirector-Geral	2	AG 24/07/2019
Director de serviços	4	Contrato Individual Trabalho
Chefe de divisão	0	Contrato Individual Trabalho
Técnico Superior	21	Contrato Individual Trabalho
Assistente Técnico	0	Contrato Individual Trabalho
Regulador/Motorista	60	Contrato Individual Trabalho
total		88

Anexo F – Autorização para utilização do IOEGG como indicador de eficiência operacional



À Dra. Cláudia Nogueira e
à Eng.ª Liliana Azevedo.

24/10/2019

IPM

Proporho o envio à fof, SA para avaliação.

Concordo.
24/10/2019
IPM



24/10/2019

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Secretário de Estado das Infraestruturas
Dra. Isabel Pires Marques
Av. Barbosa do Bocage, 5 - 2.º
1049-039 Lisboa

Isabel Pires Marques
Chefe do Gabinete do Secretário das Infraestruturas

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: 4815/2019 ENT.: 4983 de 11-10-2019 PROC. N.º: 24.421/2019	16-10-2019

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2019 (SIREF, 2019-09-17)
Metro do Mondego, S.A.

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa., cópia do ofício n.º 450/UTAM/2019, bem como cópia do Relatório de Análise n.º 306/2019, de 11 de outubro, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter exarado o seguinte despacho:

DESPACHO N.º 1250/19 - SET

"Concordo.

Autorizo as exceções, nos termos propostos no ponto B. do presente Relatório, quanto:

- i) À alteração do indicador de eficiência operacional;
- ii) Ao aumento dos gastos com pessoal e;
- iii) Ao aumento com deslocações estadas e ajudas de custo e os associados à frota automóvel.

Autorizo a realização do investimento, em 2019, até ao limite de 1,4ME.

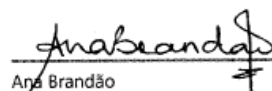
Remeta-se a S. Exa o SEInfra.

Dê-se conhecimento à DGTF.

Álvaro Novo
15.10.2019"

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,



Ana Brandão

AV

Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas
Entrada N.º 6050/2019
Processo N.º 114/2019
Data: 24/10/2019

Anexo G – Encargos Económicos e Financeiros decorrentes da crise geopolítica internacional

No que se refere aos efeitos económicos da crise geopolítica internacional, para além do aumento generalizado dos preços (inflação) destaca-se, com particular significado nos custos de construção, a revisão de preços das empreitadas em curso. Este impacto é apresentado no Quadro G1 – Revisão de preços.

Quadro 31 – Revisão de preços

	2021 Execução	2022 Execução	2023 Orçamento	2023 Estimativa	2024 Orçamento	2025 Orçamento	2026 Orçamento
Libertação da Baixa de Coimbra							
Empreitada de Construção do Ed. A1 e A	17 286	40 476	219 916	99 872	418 272		
Parque de Material e Oficinas							
Empreitada Principal			90 154	60 931	210 071		
Empreitada Complementar					57 508		
Material Circulante							
Empreitada de Postos de transformação			56 303	23 532	8 996		
total	17 286	40 476	366 372	184 334	694 847	0	0

Anexo H – Estimativa de Encargos com pessoal – Efeito anual de novas admissões

Os efeitos que as novas admissões acarretam, num exercício completo, são apresentados no Quadro H1 - Efeito anual de novas admissões.

Quadro 32 – Efeito anual de novas admissões

	2021	2022	2023	2023	2024	2025	2026
	Execução	Execução	Orçamento	Estimativa	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Gastos totais com contratações	144 890	30 572	523 564	335 140	2 305 410	1 347 293	0
Gastos com Órgãos Sociais	0	0	0	104 739	0	0	0
Gastos com cargos de direção		0	176 391	81 087	72 975	0	0
Remuneração do pessoal	144 890	30 572	347 173	149 315	2 232 434	1 347 293	0
Nº Cargos Direção s/ OS	0	0	2	1	1	0	0
Nº de Trabalhadores sem OS e sem Cargos Direção	4	1	10	3	65	42	0

Anexo I – Autorização para admissão de 4 trabalhadores no exercício de 2021



DESPACHO N.º 303 / 2021 - SET

Aprovo o Relatório de Análise n.º 74/2021 da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, referente ao Plano de Atividades e Orçamento para 2021 - 2023 da sociedade Metro do Mondego, SA (MDM), pelo que, com base na fundamentação e justificações apresentadas no mesmo, designadamente, dado tratar-se de uma EPR, quanto à conformidade da proposta de PAO com o orçamento da MDM aprovado no âmbito do OE 2021, autorizo;

- i) A contratação de 4 trabalhadores, tendo sido considerada demonstrada, para além da existência de cobertura orçamental, que o atraso nas admissões comprometeria o cumprimento do cronograma de implementação do SMM;
- ii) O aumento dos gastos com pessoal em 267 mil €, fixando-se o limite para 2021 em 781,2 mil €, ou seja, abaixo do que se encontra orçamentado;
- iii) A aquisição de 3 viaturas para a frota operacional, sendo 2 para substituição de viaturas antigas, com 16 e 12 anos, e outra com características que permitam o acompanhamento das obras relacionadas como SMM;
- iv) O aumento dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel no valor global de 16,8 mil €.

Nestas condições, e com a reserva de limitação da despesa global ao valor que se encontra orçamentado, considero que o PAO 2021 - 2023 da MDM, SA poderá ser aprovado.

À consideração do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas.

Conhecimento à DGTF e à UTAM.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO

Miguel Jorge Dados:
de Campos 2021.04.06
Cruz 10:08:04 +01'00'

MIGUEL CRUZ

Anexo J – Autorização para admissão de 5 trabalhadores no exercício de 2022



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DO TESOIRO

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete
de Sua Excelência o Secretário de Estado das
Infraestruturas
Dra. Isabel Pires Marques
Avenida Barbosa du Bocage, 5 - 2º
1049-039 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 691/2022 ENT.: 526 de 17-02-2022 PROC. Nº: 29.33/22	24-02-2022

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2022-2024 (PAO2022-24) da Metro do Mondego, S.A. (MdM) (SIREF, 2021-09-13)

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa., cópia do Relatório de Análise nº 30/2022, de 16 de fevereiro, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter exarado o seguinte despacho:

DESPACHO Nº 225/2022 - SET

"Visto.

Atento o presente Relatório de Análise, (RA) concedo a autorização para:

- a contratação de 5 trabalhadores, nos termos constantes do Relatório de Análise;
- o aumento dos Gastos com Pessoal, nos termos do RA, limitado o valor dos Gastos com Pessoal em 2022 a 899 644,13 euros;
- o aumento dos Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, limitando os encargos em 2022 a 45 307 euros.

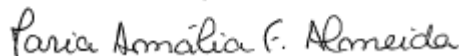
Nestes termos, considero que a proposta de PAO está em condições de ser aprovada, mas apenas no respeitante ao ano de 2022, atenta a necessidade de esclarecimento da evolução futura da performance financeira da empresa.

Conhecimento ao Sr. SEI. Conhecimento também à DGTF e à UTAM.

Miguel Cruz
24.02.2022"

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,



Maria Amália Almeida
CN

Anexo K – Autorização para admissão de 8 trabalhadores no exercício de 2023



Despacho n.º 181/2023-SET

Atento o exposto no Relatório de Análise n.º 313/2022, de 16 de dezembro, em conjugação com a Informação 08/2023, de 19 de abril, ambos da UTAM, aprovo-os, na generalidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial.

Considerando o teor das respetivas conclusões, os esclarecimentos prestados pela empresa ao meu gabinete (ENT_1229_2023_SET) e o cumprimento do rácio de eficiência operacional alternativo apresentado pela empresa de 2023 face à estimativa para 2022, considero que a proposta de Plano de Atividades e Orçamento da empresa, para o ano de 2023, poderá ser aprovada, pelo que concedo apenas, conforme proposto pela UTAM, e sem prejuízo do cumprimento dos necessários requisitos legais por parte da empresa, as seguintes autorizações para:

- A contratação de até 8 trabalhadores, limitando o aumento de trabalhadores em 2023, sem órgãos sociais e líquido de substituições, a 12;
- O aumento dos Gastos com o pessoal (s/ órgãos sociais) em até 581 mil euros em 2023, limitando o seu total ao valor de 1.294 mil euros em 2023, ajustando o aumento da massa salarial global, incluindo todos os efeitos e componentes remuneratórias, salvo efeitos de volume, às orientações expressas do Acionista Estado, emanadas, nomeadamente, nos despachos de 15.12.2022 e de 12.05.2023, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças;
- O aumento do conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria em até 28,8 mil euros em 2023, limitando o seu total ao valor de até 58,7 mil euros em 2023; e,
- As despesas e investimentos propostos pela empresa, de forma que, garantindo a plena absorção de fundos comunitários, não ultrapassem o valor inscrito no OE2023.

A aprovação da proposta de PAO apresentada pela empresa não dispensa do cumprimento das disposições legais aplicáveis, e qualquer alteração significativa do mesmo, fora da margem de flexibilidade concedida pela autonomia de gestão deverá obter aprovação acionista, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

Dê-se conhecimento a S. Exa. O Secretário de Estado das Infraestruturas, à DGTF, e à UTAM.

O Secretário de Estado do Tesouro

Pedro
Sousa
Rodrigues

Assinado de
forma digital por
Pedro Sousa
Rodrigues
Dados:
2023.05.15
19:57:30 +01'00'

Pedro Sousa Rodrigues



Anexo L – Autorização para utilização de saldo de gerência em 2023

DGO rçamento

Processo: P4708/2023 - AO1183/2023_Min_15_Serv_4401

Ref.º SEO:

Assunto: Aplicação SG MM

Despacho SEO:		Despacho nº <u>822 / 2023</u> /SEO Autorizo exclusivamente para assegurar os encargos com projetos de investimento de em fase. <i>Sofia Batalha</i> 15.09.2023											
		Gab. Sec. Estado do Orçamento Ent.º <u>518/1</u> P.º <u>09</u> Em: <u>13-09-2023</u> Dip. O Chefe do Gabinete <table border="1"> <tr> <td>DGO</td> <td>ESPAP</td> </tr> <tr> <td>ADSE</td> <td>CGA</td> </tr> <tr> <td>IGF</td> <td>SG</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </table> <i>1.º João Vicente</i>		DGO	ESPAP	ADSE	CGA	IGF	SG				
DGO	ESPAP												
ADSE	CGA												
IGF	SG												

Despacho/Pareceres DGO:	<i>Sofia Batalha</i>
Diretor(a)-Geral	Secretária de Estado do Orçamento

Subdiretor(a)-Geral
[MI] MM]: Concordo com a análise efetuada ao pedido de aplicação parcial do saldo da gerência anterior, no montante € 3.268.923, com origem em receitas Próprias, que visa o reforço de despesa de investimento. À consideração superior. 13-09-2023 O(A) Subdiretor(a)-Geral, Patrícia Msemiao

Diretor(a) de Serviços
Concordo com a presente análise e parecer, que se submete à consideração superior, relativamente ao pedido de utilização do saldo de gerência de receitas próprias de 2022, no orçamento da Metro Mondego, SA. (em substituição da Diretora de Serviços) À consideração superior. 23-08-2023 O(A) Diretor(a) de Serviço, Carla Teotonio